

RELATÓRIO E CONTAS

ENGENHARIA E SISTEMAS 2022

— #NósSomosEfacec



1. Introdução	3
2. Processo de reprivatização e reestruturação financeira do Grupo Efacec	3
3. Principais acontecimentos	5
4. A Efacec Engenharia e Sistemas em 2022	6
5. Relatório de gestão	15
6. Demonstrações financeiras	19



1. Introdução

A **Efacec Engenharia e Sistemas, S.A.**, aqui designada por Efacec Engenharia, centra a sua atividade no fornecimento de soluções integradas e bens de equipamento para as áreas de mercado da Energia, Ambiente, Transportes e Mobilidade. A empresa está integrada no Grupo Efacec, é detida a 100% pela Efacec Power Solutions SGPS e nela consolida as suas contas.

2. Processo de reprivatização e reestruturação financeira do Grupo

A atividade da empresa durante o ano de 2022 e, por conseguinte, da **Efacec Engenharia e Sistemas, S.A.**, que é detida a 100% pela holding do Grupo, Efacec Power Solutions, SGPS, S.A., continuou a estar especialmente condicionada pelas consequências dos eventos que ocorreram na primeira metade do ano de 2020 e que culminaram com a nacionalização da participação maioritária no capital social da Efacec, em julho de 2020. Em concreto, os impactos financeiros decorrentes do bloqueio do sistema financeiro que se seguiu à crise acionista despoletada pelo Luanda Leaks, requerem uma reestruturação financeira do Grupo Efacec que se encontra, por sua vez, dependente da boa conclusão do processo de reprivatização. A normalização da relação com o sistema financeiro, sendo uma condição para a reestruturação financeira, está igualmente dependente da conclusão deste processo.

Na verdade, não obstante a nacionalização parcial ocorrida em julho de 2020, a completa normalização da relação com o sistema financeiro e o consequente acesso (regular e normalizado) a produtos de *trade finance*, essenciais para a continuidade e para o desenvolvimento da atividade de forma equilibrada, ficou sempre dependente de uma visão clara por parte do sistema financeiro sobre a situação acionista futura do grupo, decorrente da conclusão do processo de reprivatização que foi lançado pelo Governo Português logo após a nacionalização.

Por outro lado, também a normalização dos ciclos de tesouraria e consequente retoma operacional, essencial para a execução do *business plan* do Grupo, esteve dependente do acesso do Grupo a financiamentos externos, quer dos seus acionistas como de outras entidades financiadoras.

Por esse motivo foi extremamente relevante o anúncio público, no final de fevereiro de 2022, de que o Conselho de Ministros de Portugal selecionou o Grupo DST para aquisição da posição de acionista maioritário da holding do Grupo Efacec, a Efacec Power Solutions, S.G.P.S., S.A., detida pelo Estado Português (Párpública), nos termos constantes da Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2022, de 25 de fevereiro.

Com o culminar da terceira fase do processo de reprivatização, entendia-se estarem preenchidos os requisitos necessários para a reestruturação da dívida do Grupo, através de novas entradas de capital dos acionistas, após o cumprimento das necessárias condições precedentes estabelecidas no Acordo de Venda Direta, o que se acreditava poder ocorrer durante o ano de 2022.

Tal convicção decorria do facto de a Párpública ter selecionado a proposta que considerou que melhor respondeu aos objetivos estipulados para a operação, designadamente em termos de i) capacidade de reforço económico e financeiro da empresa, incluindo um aumento dos seus capitais próprios, ii) salvaguarda da valia industrial das empresas deste Grupo, iii) do conhecimento técnico e da iv) excelência em áreas estratégicas da Efacec.

O anúncio da seleção do comprador, feito ainda no primeiro trimestre de 2022, associado às medidas de capitalização da Efacec previstas, assinalava assim o início de um novo ciclo da Efacec, que a deveria tornar mais sustentável e competitiva, garantindo a viabilidade futura do Grupo.

Com o anúncio da decisão de venda, e no âmbito dos passos necessário à concretização do processo, o atual acionista maioritário acompanhou e contribuiu com os melhores esforços para adoção das medidas necessárias, de forma a garantir o cumprimento atempado das obrigações e a gestão dos ciclos de tesouraria.



Sucedeu que a conclusão da operação dependia da verificação de algumas condições precedentes, que não se verificaram até à data contratualmente estabelecida, razão pela qual as partes deram por resolvido o contrato assinado. Nos termos do n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 113/2020, de 21 de dezembro, e do artigo 28.º do caderno de encargos da venda direta, aprovado em anexo à referida resolução, até à efetiva concretização da compra e venda, que não chegar a acontecer, o Conselho de Ministros podia suspender ou anular o processo de reprivatização, desde que razões de interesse público o justificassem, o que acabou por ser o caso.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 107-A/2022, de 21 de novembro, determinou assim a anulação do processo de reprivatização, sem concretização da venda direta.

Não obstante, o Governo Português continuou a entender que se mantinha inalterada a finalidade da intervenção do Estado, nomeadamente a de garantir a transição para uma solução de mercado, preservando a valia industrial do grupo Efacec em áreas estratégicas para o interesse nacional, assegurando -se deste modo a prossecução do interesse público.

Para esse fim, a mesma Resolução 107-A/2022 aprovou de imediato um caderno de encargos para uma nova reprivatização a realizar por venda direta.

No âmbito deste novo processo de reprivatização foram apresentadas dentro do prazo estipulado para o efeito, já a 13 de fevereiro de 2023, seis ofertas vinculativas provenientes de investidores selecionados – nacionais e estrangeiros – que demonstraram previamente a sua idoneidade e capacidade financeira para investirem no Grupo Efacec, em consonância com os objetivos previstos para o processo de reprivatização. Estes objetivos continuam a ser, de acordo com o Caderno de Encargos aprovado pela Resolução 107-A/2022, os de:

- (i) reforçar a competitividade e desenvolvimento das atividades internacionais da Efacec, contribuindo assim para o crescimento e desenvolvimento da economia nacional, em especial do setor exportador português, num quadro de sustentabilidade da Efacec nas suas diversas dimensões, designadamente social, ambiental, económico-financeira e de governação;
- (ii) reforçar a capacidade económico-financeira e a estrutura de capital da Efacec, mediante a realização de aumento do seu capital social, por entradas em dinheiro, ou outra forma de reforço de capacidade financeira;
- (iii) mitigar eventuais encargos para o Estado, no que concerne à assunção de responsabilidades passadas, contingentes ou futuras, e proceder à venda direta em termos que sejam adequados para a salvaguarda dos interesses patrimoniais do Estado, e para o cumprimento do calendário estabelecido.

A Resolução do Conselho de Ministros 22-C/2023, de 03 de março, convidou cinco dos seis proponentes a participarem numa segunda fase do novo processo de privatização, com a finalidade de serem obtidas propostas vinculativas melhoradas.

Tendo em conta o desenrolar do processo, é estimativa da empresa de que o fecho da operação de reprivatização possa ocorrer durante o primeiro semestre de 2023. Por força do disposto no artigo 5º c) da RCM 107-A/2022, o investidor que vier a ser selecionado terá de garantir o reforço da capacidade económico-financeira e da estrutura de capital da Efacec, mediante o reforço de capitais próprios adequados, designadamente por entradas em dinheiro, ou outra forma de reforço de capacidade financeira.

Continua a ser expectativa de que a conclusão definitiva de um processo de privatização, com o consequente reforço da capacidade económico financeira e estrutura de capital da empresa, irá criar as condições necessárias para que as instituições do sistema financeiro normalizem o acesso a operações de *trade finance* e outros instrumentos financeiros, e acautelar adequadamente a manutenção da valia industrial e do valor operacional do Grupo Efacec.

Até ao fecho da operação de privatização, encontra-se a Parpública autorizada pela RCM 107-A/2022 a assegurar a manutenção da atividade da empresa, nomeadamente em termos de apoio de tesouraria, dotando-a dos respetivos meios financeiros, de modo a viabilizar as condições que permitam a concretização da operação de reprivatização.

3. Principais acontecimentos

março



Lançamento do projeto de responsabilidade social da Efacec: you.manity

Com o objetivo de apoiar a empresa e os colaboradores a concretizarem iniciativas que acrescentam valor nas comunidades onde estão inseridos, este projeto surge da enorme e constante vontade que todos demonstram em querer contribuir, de forma ativa e solidária, para o bem-estar do próximo.

abril



Inauguração da maior central de energia solar de Moçambique

A Efacec é responsável pelo projeto de engenharia, fornecimento, construção e colocação em serviço da maior Central Fotovoltaica de Moçambique, instalada numa área de cerca de 65 hectares. Após a conclusão do projeto, ficará responsável pela sua operação e manutenção.

maio



Entrega do maior projeto de engenharia portuguesa na área da mobilidade sustentável

A Efacec concluiu o Metro Ligeiro de Odense, na Dinamarca.

agosto



Colocação em serviço da Subestação de Alcoutim da Galp

A Efacec realizou o projeto de engenharia, fornecimento, construção e colocação em serviço, ficando também responsável pela manutenção, da Subestação de Alcoutim de 150MVA, 30/150kV, que vai fazer a interligação de quatro Centrais Fotovoltaicas com a Rede Elétrica Nacional.



Comemoração dos 74 anos Efacec

setembro



Redefinição dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

A Efacec apresentou, interna e externamente, os ODS que resultaram de um processo de redefinição, que teve início em junho de 2021 e que envolveu cerca de 700 pessoas, entre colaboradores, fornecedores e clientes.

outubro



Conclusão de novos projetos em Metros Ligeiros

Foi inaugurado, em outubro, o Metro Ligeiro de Cádiz (Espanha) e, em novembro, a linha 2 do Metro Ligeiro de Bergen (Noruega).

novembro



Grande Prémio APCE 2021

A Efacec foi distinguida no setor indústria com a campanha "To the Future, Fast!".

Efacec é eleita uma Superbrand

Um reconhecimento que orgulha e reforça a responsabilidade da Efacec em deixar uma marca positiva na sociedade.

Prémio OCI 2021

A Efacec esteve em destaque na categoria de Estratégia Integrada de Comunicação Interna com "To the Future, Fast!".



Ligação da Central Fotovoltaica de Mina Tó à rede

Com mais de 43 mil painéis fotovoltaicos, 93 inversores, três postos de transformação e uma capacidade de produção anual de 45.000MWh, permite fornecer energia a cerca de 11 mil habitações.

dezembro



Conclusão do Centro de Tratamento Mecânico de Resíduos Sólidos Urbanos da Ilha de São Miguel

Em parceria com a Marques S.A., a Efacec concluiu o novo espaço da MUSAMI, que cumpre as exigentes metas europeias em matéria de valorização de resíduos.

Efacec ganhou o projeto da Central de Produção de Biogás de Mönsterås

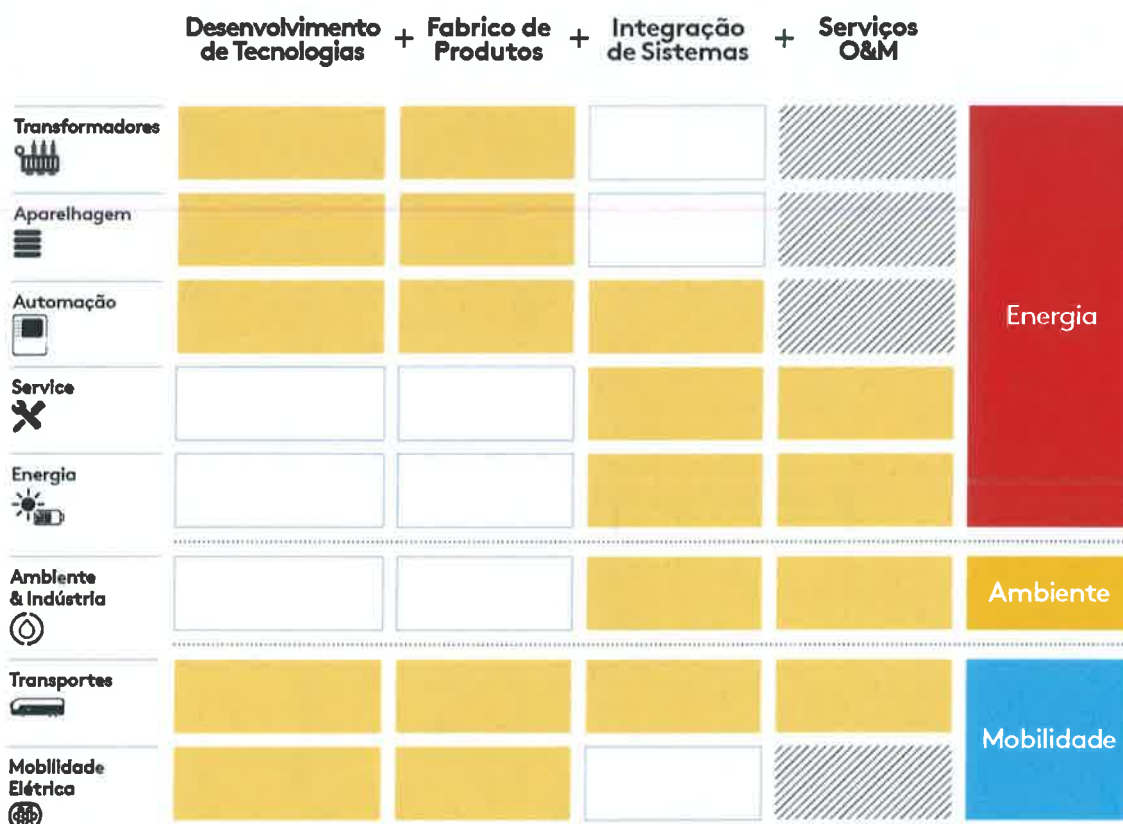
Localizado na Suécia, o projeto incluiu a conceção, fornecimento, montagem, teste e comissionamento da central.

Um ano de muitos desafios, mas também repleto de sucessos e reconhecimentos únicos para a Efacec.

4. A Efacec Engenharia e Sistemas em 2022

	VOLUME DE NEGÓCIOS (M€)	EBITDA GESTÃO (M€)	Nº DE COLABORADORES
Energia	39,9	-21,3	120
Ambiente & Indústria	14,9	-4,9	93
Transportes	33,8	-1,2	207

A Efacec posiciona-se no mercado como um Fornecedor de soluções plenamente integradas, desde:



▨ Service de Transformadores, Aparelhagem Automação e Mobilidade Elétrica

6

4.1 Principais encomendas do ano



Na área de Energia, a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) confiou à Efacec a ampliação e requalificação do Posto de Corte PC5, localizado na central de Santo Amaro, para receção de potência de duas centrais Fotovoltaicas de 2,2MWp, e também melhor coordenação por parte de despacho com as centrais elétricas conectadas a esse posto de corte. O projeto de energia renovável da central solar fotovoltaica de Santo Amaro será o primeiro projeto de energia solar ligado à rede (*on grid*) em São Tomé.

No âmbito do Concurso Limitado por Prévia Qualificação para a “Empreitada de Regularização do Rio Arunca”, lançado pela Agência Portuguesa do Ambiente e ganho pelo consórcio Hydro Stone Engenharia, Lda/ Irmãos Cavaco, S.A, foi encomendado à Efacec o fornecimento e execução da componente hidromecânica e elétrica da referida empreitada. A encomenda consiste no fornecimento, em regime chave na mão, de três açudes insufláveis e uma ensecadeira de módulos (amovíveis), além de outros equipamentos mecânicos e da infraestrutura elétrica associada. Estes açudes insufláveis são pequenas barragens insufladas por ar comprimido, usadas para armazenamento/ controlo de níveis, também usados como alternativa a tradicionais comportas de aço em pequenos aproveitamentos hidroelétricos.

A Bondalti confiou à área de Energia os estudos e a engenharia para a ampliação e requalificação da Subestação PCA (Produtos Cloro-Álcalis) de 60kV. Estes são para as instalações do complexo químico de Estarreja, que visam adequar as instalações para os novos desafios previstos no âmbito dos projetos de transição energética que está a ser levado a cabo pela Bondalti. Dada a criticidade da instalação, o projeto está planeado para ser executado em duas fases, de forma a manter a alimentação contínua às fábricas existentes.



Na área do Ambiente, a Efacec assinou um contrato de empreitada com a Tratolixo, que irá permitir a adaptação da unidade de tratamento de resíduos urbanos (RU) de Trajouce, com capacidade para 300.000 t/ano, ao novo modelo de recolha seletiva de resíduos biodegradáveis domésticos. Através da separação em sacos verdes dos restos alimentares, nos municípios da área de intervenção da AMTRES (Cascais, Oeiras, Mafra e Sintra) será possível o tratamento com recuperação anual de 120.000 toneladas de biorresíduos. A empreitada, compreende a instalação de equipamentos eletromecânicos e sistemas de leitura ótica que farão a identificação e separação dos sacos verdes, contendo os biorresíduos, da restante fração de resíduos indiferenciados, que possibilitará a obtenção de uma fração orgânica de elevada qualidade, posteriormente encaminhada para valorização biológica na Central de Digestão Anaeróbia (CDA) da Abrunheira.

Também em 2022, a Efacec iniciou um novo contrato de prestação de serviços de manutenção de equipamentos e instalações afetos ao sistema de produção e tratamento de água para consumo humano da Águas do Douro e Paiva, S.A., o segundo maior sistema nacional de abastecimento de água “em alta”. Um agrupamento complementar de empresas (ACE) constituído pela Siemens, Suez e Efacec garante, assim, um contrato anual que pode ser renovado até cinco anos. Esta equipa residente assegura,

24 horas por dia, a manutenção de um vasto conjunto de infraestruturas que incluem, entre outras, a Estação de Tratamento de Água de Lever (400.000 m³/dia), várias captações, sistemas elevatórios (com potência total de bombagem superior a 12MW), reservatórios e centrais de cloragem. Este sistema de abastecimento serve uma população de 1,7 milhões de habitantes residentes, distribuídos por 20 municípios da região do Grande Porto.

A Efacec foi ainda a empresa escolhida para o fornecimento de 48 instalações de despoejamento de cimento, clinker, gesso, calcário, carvão e RDFs para a nova fábrica do grupo HeidelbergCement, que se encontra em construção em Airvault, França. Com data estimada de entrega para final do primeiro semestre de 2023, este contrato inclui o fornecimento de 48 filtros de mangas (três dos quais com certificação ATEX), 48 grupos moto ventiladores e 48 sistemas de descarga. As soluções de despoejamento com filtros de mangas, para este tipo de aplicação, oferecem diversas vantagens face a outras soluções disponíveis no mercado, nomeadamente maior eficiência (emissões inferiores a 5 mg/Nm³), baixos custos de exploração e trabalhos de manutenção e respetiva indisponibilidade muito reduzida. Além desses benefícios, através deste projeto, o cliente poderá cumprir a legislação e a regulamentação aplicável sobre a poluição atmosférica, promovendo uma cultura ambiental pela redução de partículas lançadas para o ambiente.

Ainda em 2022, a Efacec assinou um importante contrato com a Sueca Mönsterås Biogasproduktion, uma subsidiária da Scandinavian Biogas AB, reforçando o seu posicionamento na Escandinávia e no segmento dos gases renováveis, em particular na produção de biogás, fortalecendo a sua estratégia de descarbonização. O projeto ganha consiste na conceção, fornecimento, montagem, testes e entrada em funcionamento da Central de Produção de Biogás de Mönsterås. A Efacec participa numa *joint venture* com a empresa de construção sueca Multibygg Sydost AB, para a execução do contrato. A unidade de biogás será construída em Grimhult, no condado de Kalmar Sweden. O projeto foi concebido para valorizar, aproximadamente, 300 mil toneladas de matéria orgânica por ano, principalmente de origem bovina, suína e aviária, transformando-o em biogás bruto e biofertilizantes. A partir da unidade de *upgrade* de biogás (BUP) e liquefação, a central deverá produzir cerca de 30 toneladas de biogás líquido (LBG) por dia e 120GWh por ano, com vista à sua utilização como combustível para transporte rodoviário de veículos pesados. A conversão de matéria orgânica em energia renovável e sustentável proporciona uma redução significativa das emissões de gases com efeito de estufa (GEE), uma vez que as emissões de metano provenientes de estrume animal são igualmente reduzidas.



↘
Na área dos Transportes, a Efacec assinou o contrato para a construção da Subestação de Tração de Sete Rios, que alimentará cinco das linhas ferroviárias mais importantes da região de Lisboa (Cascais, Sintra, Cintura, Sul e Norte). A IP - Infraestruturas de Portugal, cliente e utilizador final da nova subestação, adjudicou os trabalhos de conceção e construção ao consórcio constituído pelas empresas Efacec, EDP Comercial e a FCM Construções.

Esta nova subestação, inserida na renovação e reconversão da atual Linha de Cascais, passará a ser alimentada a 25kV AC e entrará ao serviço no primeiro trimestre de 2025. A Efacec é a líder do consórcio e será responsável pelo fornecimento de uma parte significativa da componente eletromecânica, na qual se destaca o fabrico de três transformadores de 30MVA, sistema de comando, proteção e controlo, bem como o sistema de telecomunicações. Serão ainda realizadas todas as infraestruturas de construção civil da subestação e acesso à mesma, incluindo uma passagem inferior ferroviária e será fornecido, pela primeira vez em Portugal, um sistema de compensação de desequilíbrio, de tecnologia "STATCOM", da rede de alimentação da subestação em alta tensão.

Na Irlanda, e ainda em 2022, foi assinado o contrato com a empresa S2M Ireland para o fornecimento de uma nova rede de transmissão digital sobre fibra ótica, para instalação no Metro Ligeiro de Dublin. Esta nova rede suportará todos os novos serviços de transmissão dos subsistemas instalados, nomeadamente as transmissões de comunicações de voz, alarmes, sinalização e comando e controlo.

No Brasil, é de destacar a encomenda para extensão do Metro Ligeiro do Rio de Janeiro, já equipado com os sistemas Efacec de gestão de circulação ferroviária. A rede do metro irá crescer mais uma estação em 2023, e os sistemas Efacec irão ser atualizados e expandidos de forma a incorporar esta extensão.

4.2 Principais desenvolvimentos tecnológicos do ano

A Efacec assumiu o compromisso de contribuir ativamente e de ser um exemplo mobilizador, para a descarbonização da economia e da sociedade, apostando em soluções tecnológicas inovadoras que acelerem a transição energética, a mobilidade sustentável e a descarbonização da indústria. Esse compromisso com o futuro e com as gerações vindouras é apenas alcançável com uma aposta continuada em inovação tecnológica, concertada com um verdadeiro ecossistema alargado de criatividade, de competências complementares e de inovação, que seja, de facto, mobilizador junto de todas as partes envolvidas.

Em 2022, a Efacec manteve a aposta na inovação tecnológica como elemento-chave na geração de valor e como vetor crítico para melhor responder às tendências do mercado e aos desafios colocados por cada cliente. Nesse contexto, é de destacar a continuidade do investimento na criação de uma oferta tecnológica para o hidrogénio verde e seus derivados, que têm demonstrado ser um alvo crescente de investimentos à escala global. Manteve-se também um esforço consistente para expandir o ecossistema de inovação da empresa através de colaborações diferenciadas e complementares ao nível das competências e conhecimentos científicos e tecnológicos em áreas críticas para a transição energética e para a descarbonização. São resultados desse esforço consistente os sucessos alcançados com as candidaturas à Componente C5 do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR): a **Aliança para a Transição Energética (ATE)** e a **H2DRIVEN - H2 Como Vetor do Metanol Verde para a Indústria Química e Mobilidade Pesada**, que se prevê formalizar através da assinatura do Termo de Aceitação no primeiro trimestre de 2023.

Aliança para a Transição Energética (ATE)

Um consórcio promovido para capitalizar as oportunidades de criação de valor no contexto da descarbonização, descentralização e digitalização do setor da energia, criando, em Portugal, um ecossistema estruturante único, competitivo à escala internacional.

Liderado pela Efacec, a ATE está integrada na agenda do RNC2040 - Roteiro para a Neutralidade Carbónica e é composto por mais de 80 empresas, entidades do sistema de investigação e inovação e associações, envolvendo um investimento na ordem dos 300M€. A execução terá um impacto transformacional e aponta para a criação de mais de 400 postos de trabalho qualificados e pelo menos 80 novos produtos/ serviços com elevado potencial de mercado, onde mais de 75% será relativo a exportações, promovendo a redução de gases de efeito de estufa até 3,4M ton CO₂eq, excluindo efeitos indiretos da aplicação dos novos produtos. O plano estrutura os múltiplos projetos em seis pilares verticais, orientados à competitividade estratégica e à criação de valor, cobrindo, transversalmente, o setor da energia, incluindo as comunidades energéticas e as microrredes, a geração de base renovável, a eficiência e transição energética nos utilizadores industriais, comerciais e residenciais, os gases renováveis, como o hidrogénio verde e o bioetanol, a mobilidade sustentável e as infraestruturas de interligação e *coupling*, nomeadamente as redes inteligentes de eletricidade e de gás. Esses projetos são alavancados por pilares horizontais e *cross-cutting*, consolidando ligações sinérgicas na digitalização, na circularidade, na capacitação e formação avançada, na industrialização e internacionalização e nos laboratórios de suporte.

9 

Inovação aberta

Conscientes da importância crescente da Inovação Tecnológica na sustentabilidade da Efacec, e do planeta Terra, em 2022 foi efetuado um esforço consistente de promoção de uma cultura interna de Inovação Aberta, de forma a captar mais criatividade exterior e a acelerar o crescimento do ecossistema de inovação da organização.

hop.in

hop.in é a estratégia de inovação aberta e plataforma colaborativa de crowdsourcing da Efacec, onde são partilhados desafios tecnológicos e oportunidades dentro da comunidade. hop.in é o compromisso da Efacec com a colaboração e sustentabilidade. Uma plataforma alimentada pela criatividade e diversidade da comunidade inovadora que utiliza a mesma. Na hop.in, são abordados desafios impactantes nas áreas de energia, mobilidade e ambiente, de forma a contribuir, mais ativamente, para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

Após um processo interno aberto de identificação de necessidades de transformação digital e da seleção das ideias de maior potencial, a plataforma **hop.in – home of open innovation** foi a casa para o lançamento de um novo desafio de inovação aberta, que visa desenvolver uma **plataforma para sistematizar e digitalizar o processo de contabilização das emissões de CO₂ resultantes das atividades da Efacec.**

Prosseguiu também a colaboração com uma start-up portuguesa no desenvolvimento de um protótipo de um sistema inteligente de monitorização de transformadores de distribuição, o qual será instalado na rede da EDA - Electricidade do Açores, no âmbito do piloto tecnológico demonstrador do Projeto Europeu IANOS, em que a Efacec participa ativamente.

Inovação digital

A transformação digital prosseguiu a sua materialização em diferentes áreas da organização. Na área da cibersegurança salienta-se o importante e exigente processo de implementação do plano estratégico de cibersegurança, que visa aumentar o nível de segurança e de resiliência da organização na sua globalidade. Nesse contexto, foi dada continuidade ao programa de transformação, nomeadamente na renovação da certificação da ISO27001, obtida em 2021 para a Unidade de Automação, e na preparação da extensão de âmbito a outras unidades, na reformulação das redes internas de comunicação da empresa e nos sistemas de gestão de dispositivos.

Na continuidade da transformação digital de processos e implementação de ferramentas de suporte aos mesmos, foi concluída e colocada em produção a implementação da solução Field Force para suporte às equipas operacionais da Unidade de Service, que podem agora gerar mais valor de forma mais eficaz e eficiente.

4.2.1 Projetos tecnológicos do ano

Procurando continuar a estratégia de criar e oferecer aos clientes soluções mais inovadoras, que aportem maior valor e diferenciação, a Efacec manteve a sua aposta em soluções mais digitais no programa de inovação e desenvolvimento tecnológico.

O portefólio de projetos I&DT, em execução durante 2022, é vasto e endereça boa parte das linhas de oferta tecnológica das diferentes Unidades da Efacec, sendo de destacar os sumarizados na tabela seguinte.

PROJETOS EM EXECUÇÃO OPERACIONAL NA EFACEC

FERROVIA 4.0
(PT 2020)

Projeto Mobilizador liderado pela Efacec, Unidade de Transportes, integra um número considerável de parceiros nacionais, incluindo a Plataforma Ferroviária Portuguesa, e visa o desenvolvimento e disponibilização de sistemas de informação fiáveis de apoio à decisão e capazes de monitorizar a infraestrutura e o material circulante, desencadeando alertas e medidas na presença de eventos críticos de segurança.

GreenH2Atlantic
(GreenDeal –
H2020)

Liderado pela EDP, e juntando as competências de mais de uma dezena de parceiros nacionais e europeus, o objetivo do projeto é estudar, desenvolver e implementar um eletrolisador, escalável no futuro até 100MW, para produção de hidrogénio verde em Sines e assegurar a sua integração inteligente na rede elétrica nacional. As atividades I&DT da Efacec centram-se no desenvolvimento de um conversor de energia de elevada eficiência para alimentar o eletrolisador e no estudo e desenvolvimento de serviços que o mesmo possa prestar à rede elétrica.

Inovação de Produto

Em 2022 as equipas da Tecnologia prosseguiram os seus esforços com vista ao desenvolvimento e introdução no mercado de várias inovações de produto, salientando-se as referidas na tabela seguinte.

Na área de **Ambiente**, destaca-se a aposta crescente numa área de I&DT dedicada aos gases renováveis (biometano e hidrogénio), de forma a criar competências na área da modelização de processos de digestão anaeróbia bem como na conceção de uma unidade piloto de microprodução de hidrogénio verde no polo da Maia. Em 2022, a salientar a materialização parcial do piloto que se espera concluída em 2023, bem como a elaboração de um mapa nacional com o potencial da produção de biometano a partir de resíduos agropecuários, atualmente sem tratamento. Os resultados permitiram identificar as zonas em Portugal com maior potencial técnico e económico para o aproveitamento destes resíduos na produção de biometano, em conformidade com as recentes Diretivas Europeias e Nacionais.

Na área de **Transportes** destaca-se a inovação incremental e crítica do negócio convencional com o Metro Ligeiro de Bergen, cuja Linha 2 foi inaugurada em 2022, e que contempla um sistema que incorpora um variado leque de soluções tecnológicas inovadoras desenvolvidas pela Efacec. Nesta última Linha foram especialmente evoluídos todos os sistemas de gestão de circulação de forma a permitir a circulação com dois horários (um por linha), bem como a gestão das operações num segundo *depot* (parque de material rodante). Foram ainda desenvolvidos todos os sistemas de segurança do maior túnel pedestre do mundo – um túnel com cerca de 3km para circulação ciclo-pedonal, onde foram instalados os sistemas de informação ao público, videovigilância e controlo de acessos, bem como todas as infraestruturas de suporte.

Ainda na área de Transportes salienta-se o projeto Resilience, na Irlanda. Tendo sido instalado, pela Efacec em 2009, o sistema de gestão do Metro Ligeiro de Dublin (LUAS), carecia de renovação, quer devido às evoluções tecnológicas, quer devido às mais recentes necessidades de cibersegurança e redundância. Este projeto, atualmente na fase de design e *procurement*, tem como objetivo implementar a capacidade de gerir todo o sistema do metro a partir de múltiplos pontos geográficos, com redundância física e geográfica do próprio centro de controlo. Adicionalmente, resolve várias situações de obsolescências e melhora, significativamente, o desempenho das múltiplas aplicações, garantindo um serviço aos utentes e operadores do Metro LUAS mais resiliente e eficiente, cumprindo com os mais recentes requisitos de cibersegurança.

Na área da **Energia** destaca-se o projeto da minicentral hidroelétrica na ETA da Asseiceira que produzirá energia elétrica através de um grupo turbina/ gerador de 1900kVA, turbinando a água nas condutas que transportam água para Lisboa, permitindo que a energia produzida alimente a ETA da Asseiceira, assim como, no futuro, a Estação Elevatória (EE) de Castelo do Bode, de modo que se atinga a neutralidade

energética das duas infraestruturas. A Efacec desenvolveu, durante 2022, uma solução EPC (*Engineering, Procurement and Construction*) chave na mão, sendo responsável pelo design, construção, entrega, instalação e comissionamento de máquinas, equipamentos elétricos e hidromecânicos, incluindo o sistema de comando e controlo, cuja integração de todos os sistemas possibilita um controlo eficiente de toda a instalação. Este projeto permitirá garantir a neutralidade energética da ETA da Asseiceira, 100% autossustentável em energia, assim como a redução da pegada carbónica, com redução das emissões CO₂.

Salienta-se, igualmente, o projeto da regularização do Rio Arunca (afluente do Rio Mondego), cujo objetivo é o controlo/ minimização das cheias nas povoações e estradas circundantes e dos campos agrícolas do Vale do Arunca. A solução global inclui quatro açudes, sendo que para três desses açudes a solução técnica selecionada é um sistema de Açudes insufláveis a ar (incorporando desenvolvimentos conjuntos da Efacec e da empresa Dyrhoff; especialista dessa tecnologia). No quarto açude será instalado um inovador sistema de comportas ensecadeiras amovíveis, desenvolvido pela Efacec, com funcionamento motorizado através da instalação de uma estrutura de sustentação monorail e diferencial elétrico. O projeto permitirá reduzir, significativamente, o número de pessoas afetadas pelas cheias extremas que ocorrem frequentemente nesse rio, e diminuir, substancialmente, as perdas económicas diretas.

4.3 Principais realizações do ano



A área de Energia ligou à rede a Central Fotovoltaica de Mina Tó, no distrito de Bragança, estando já está a produzir e a fornecer energia à população e empresas da região. O projeto comporta mais de 43 mil painéis fotovoltaicos, 93 inversores, três postos de transformação e uma capacidade de produção anual de 45.000MWh. Situada ao lado da Central Fotovoltaica de Mogadouro, que também foi construída em regime EPC pela Efacec, a Central de Mina Tó reforça a presença da empresa portuguesa na área do solar fotovoltaico, em território nacional.

Foi inaugurada a maior central de energia solar de Moçambique construída pela Efacec, sendo responsável pelo projeto de engenharia, *procurement*, fornecimento e construção, assim como pela operação e manutenção da central, instalada numa área de cerca de 65 hectares. Este projeto de 121.500 módulos fotovoltaicos, localizado em Metoro, no norte de Moçambique, permitirá uma capacidade de produção de 69GWh por ano, garantindo o consumo de energia verde a mais de 140 mil pessoas, o que corresponde a cerca de 75% da população de Pemba, província de Cabo Delgado.

Foi concluída a Subestação 30/ 150kV, em Alcoutim, para a Galp, que vai fazer a interligação de quatro centrais fotovoltaicas com a REN. O projeto permite fornecer energia a mais de 80 mil habitações e a utilização desta energia renovável vai evitar a emissão de 80 mil toneladas de CO₂ por ano. Esta é já a segunda subestação em muito alta tensão realizada para este cliente, sendo a primeira a Subestação de Moimenta da Beira em 400kV, 88MVA. A nova subestação tem a capacidade de injetar na Rede Elétrica Nacional 150MVA, provenientes dos Parque Fotovoltaico (CF) de Alcoutim.

A Efacec finalizou o comissionamento da subestação de 220kV e da estação de elevação da Central Hidroelétrica de Mtkvari, no sudeste da Geórgia, que tem uma capacidade projetada de 53MW e geração de energia anual prevista de 251,5GWh. A Efacec Contracting Central Europe (Áustria) é responsável pela

execução da engenharia, *procurement*, fornecimento e montagem de uma subestação de 220kV (dois painéis de transformador, um painel de linha e um painel de barramento), dois transformadores 242/10,5kV de 32,5MVA e a linha de transmissão de 220kV para ligação da estação elevadora à subestação.

Foi concluída a instalação de uma Unidade de Produção de Autoconsumo (UPAC) de 1MW, com possibilidade de injeção na rede, na unidade fabril da Têxtil Manuel Gonçalves (TMG), localizada em Campelos, Guimarães. A central fotovoltaica foi construída num terreno com uma área de 10.000 m² e tem 2.160 módulos fotovoltaicos, onde a energia produzida é injetada em baixa tensão (400V) num dos postos de transformação da unidade fabril e a energia não consumida é injetada e vendida à rede distribuição em média tensão (15KV). Como particularidades deste projeto, destaca-se a construção de uma ponte pedonal, em estrutura metálica, sobre o canal de água que abastece a mini-hídrica existente no local e a interligação à rede de Média Tensão, onde são utilizadas duas proteções Efacec TPU S220, comunicantes entre si, para assegurar a limitação da potência de injeção na rede e a proteção da tensão homopolar.

No âmbito da reabilitação e reforço de potência no aproveitamento hidroelétrico do rio Luachimo, em Angola, a China Gezhouba Group Company (CGGC) adjudicou à Efacec a engenharia, fornecimento, transporte, montagem e colocação em serviço de todos os equipamentos da nova central, referentes a quatro grupos geradores de 9MW cada, num total de 36MW. Os recursos hídricos disponíveis estão a ser otimizados com o abandono da central existente e a construção de um novo circuito hidráulico com capacidade para 240 m³/s – quatro vezes a capacidade atual. A produtividade média anual do aproveitamento passa a ser de 260 GWh, 3,6 vezes superior.

Ainda na área de Energia, a Efacec finalizou mais um projeto para a The Navigator Company de execução da Engenharia, Procurement e Construção (EPC) de um central solar fotovoltaica em regime de Autoconsumo, renovando uma parceria de sucesso iniciada em 2016. Com uma capacidade instalada de 1,89MW, o projeto promoveu a instalação de 4.086 painéis solares em cerca de 4.000 m² no solo, que iniciaram a produção de cerca de 3.200.000kWh/ano de energia renovável a ser autoconsumida numa das fábricas de Setúbal da empresa. Esta produção de energia equivale ao consumo de 1.327 carros elétricos a percorrer 20 mil quilómetros num ano e evitar a emissão de 1.187 toneladas de CO₂.



Na área de Ambiente, a Efacec, líder do consórcio (53%), em parceria com a empresa de construção civil Marques S.A (47%), concluiu a montagem do Centro de Tratamento Mecânico de Resíduos Sólidos Urbanos da Ilha de São Miguel. O novo espaço da MUSAMI, que cumpre as exigentes metas europeias em matéria de valorização de resíduos, terá capacidade para processar cerca de 30 toneladas de resíduos valorizáveis, o que corresponderá a um processo anual de perto de 55 mil toneladas onde se incluem o vidro, papel, cartão, filme plástico, embalagens de plástico e de cartão.



Na área dos Transportes, a Efacec finalizou três novos projetos em Metros Ligeiros na Dinamarca, Noruega e Espanha, continuando a fortalecer a sua posição de referência a nível mundial, na área dos transportes.

13 Several handwritten signatures and initials in black ink, including a large signature on the left and several smaller ones to the right.

Na Dinamarca, a Efacec concluiu o Metro Ligeiro de Odense, que constituiu um dos maiores projetos de engenharia nacional, bem como o mais complexo e abrangente ao nível de aplicação de valências, realizado a nível internacional na área da mobilidade pela Efacec. O contrato, iniciado em junho de 2017, reflete a dimensão e a integração de soluções prestadas pela empresa. O consórcio, no qual a Efacec se integra com a construtora espanhola COMSA e a dinamarquesa MUNCK, foi escolhido para este projeto pela sua superioridade técnica e experiência, tendo-se destacado no processo de consulta ao mercado, que envolveu os maiores *players* internacionais do setor. A Efacec foi responsável por desenvolver e instalar a componente eletromecânica do projeto, tendo a sua tecnologia sido integrada em todos os sistemas de energia, telecomunicações, sinalização e centro de comando. O Metro Ligeiro de Odense foi inaugurado dia 28 de maio de 2022, cinco anos depois do projeto ter sido adjudicado ao consórcio, e contempla 14 km de linha, 26 estações de superfície, um centro de comando, 16 veículos e 56 cruzamentos. Estima-se que, diariamente, possam vir a ser transportados 35 mil passageiros.

Após o sucesso do Metro de Odense, foi inaugurada a Linha 2 do Metro Ligeiro de Bergen, na Noruega. Iniciada em 2017, a participação da Efacec na construção da nova extensão do sistema do Metro Ligeiro de Bergen surgiu na sequência dos trabalhos desenvolvidos nas Fases 2 e 3 deste mesmo projeto, iniciados em 2011. Esta nova Linha 2, inserida na chamada Fase 4 de construção, consiste na expansão da rede do centro da cidade até Fyllingsdalen, cobrindo mais de 10 km de via (5 km dos quais subterrâneos) e contando com um acréscimo de nove estações (sendo uma delas, subterrânea, junto do Hospital de Haukeland). O contrato contemplou o design e fornecimento de todos os sistemas de telemática e telecomunicações, incluindo comunicações de voz e dados, sistema de rádio, informação ao público, videovigilância e deteção de intrusão, gestão técnica, localização de veículos, gestão de tráfego de operações, bem como expansão do centro de controlo existente, baseado no produto EfaRail, integralmente concebido pela Efacec.

Ainda em 2022 foi inaugurado o Metro Ligeiro de Cádiz, em Espanha. Este projeto é mais um exemplo da capacidade da Efacec de realizar trabalhos complexos no âmbito do transporte urbano ferroviário, com tecnologia desenvolvida *in-house*. Nesta cidade da Andaluzia, a Efacec finalizou o projeto do novo Metro Ligeiro, com uma extensão total de 14km, que permite a ligação das cidades de Cádiz, São Fernando e Chiclana de la Frontera, num percurso urbano e suburbano, que integra 17 estações de superfície, quatro subestações de tração e um centro de comando, permitindo a ligação entre as cidades em menos de uma hora. A Efacec desempenhou um importante papel, ao gerir vários contratos da componente eletromecânica do sistema. Ao contrato inicial da componente de energia de tração, que incluía a catenária, as subestações de tração, instalações de média e baixa tensão, iluminação e telecomando, juntaram-se, posteriormente, o fornecimento de um grupo de tração de 3KVcc e de um inovador sistema de regeneração de energia nas subestações, que permitirá melhorar a eficiência energética da rede.

14



5 Relatório de gestão

5.1. Análise das demonstrações de resultados de gestão e financeiras

A análise que se segue e os indicadores que a ilustram baseiam-se nos reportes utilizados pelos Órgãos de Gestão no acompanhamento regular das contas da Empresa. A Efacec Engenharia e Sistemas analisa, mensalmente, a sua *performance* com base nas contas de gestão, numa dupla perspetiva de (i) organização por Unidade de Negócio e (ii) formação dos resultados numa ótica funcional. As contas de gestão baseiam-se em conceitos que, nalguns casos, diferem dos critérios contabilísticos seguidos na apresentação das demonstrações financeiras, mas que espelham fielmente a ótica seguida na gestão regular e corrente dos negócios da Empresa.

A análise económica e financeira das contas da Empresa aqui realizada permite identificar com precisão as diferenças de conceito, que se situam ao nível do EBITDA, estabelecendo no próprio quadro de indicadores a ponte entre as duas óticas.

Alteração do conceito de EBITDA:

A partir de 2021, a rubrica de imparidades e provisões, bem como o fee de gestão, passaram a ser considerados para o cálculo do EBITDA Gestão e conseqüentemente do EBITDA Estatutário.

No que diz respeito ao EBITDA de Gestão, esta alteração teve por base uma maior aproximação do EBITDA ao Cash flow (método indireto), imprescindível para definir e avaliar a *performance*, nomeadamente:

- Dar uma correta visão do EBITDA uma vez que as provisões e imparidades fazem parte da atividade/negócio (o risco está registado na margem bruta (MB), uma vez que as contingências estão registadas na MB Comercial dos Projetos e previstas em Orçamento);
- Melhorar a previsibilidade de possíveis problemas em projetos (registo de provisões), de forma a tomar ações corretivas atempadamente;
- Focar a direção das Unidades de Negócio e Gestão de projetos, promovendo a recuperação/reversão de imparidades e provisões.

Atividade da Efacec Engenharia e Sistemas em 2022:

Os últimos anos têm sido marcados por uma sucessão de factos extremamente relevantes para a atividade da Efacec com impacto no próprio ano e anos subsequentes, que vieram condicionar decisivamente o desenvolvimento dos negócios. A crise acionista gerada pela publicação dos ficheiros Luanda Leaks, o bloqueio do sistema financeiro que lhe sucedeu e o contexto de pandemia que se prolongou ao longo de todo o ano 2020 e 2021 tiveram e têm impactos muito significativos na atividade e resultados do próprio exercício e do período, com repercussão nos seguintes.

A atividade da Efacec Engenharia e Sistemas no período em análise reflete ainda as situações ocorridas nesse período, descritas no parágrafo anterior, com impactos relevantes, o processo de nacionalização parcial da empresa, iniciado no segundo semestre de 2020 e o processo de reprivatização em curso.

Com o adiamento da concretização do processo de reprivatização, ainda em curso, e o conseqüente atraso na normalização quer das operações, quer do *trade finance*, o ano de 2022, ficou marcado por uma redução global da atividade operacional e comercial do grupo face ao ano anterior.

Durante o exercício de 2022 a Efacec Engenharia e Sistemas alcançou um volume de **encomendas** de cerca de 60M€, u, valor em linha com o ano anterior, com a UN Ambiente a representar cerca de 65%.

Ao nível das **receitas**, em 2022 a Empresa registou um volume de 82,4M€, uma redução de 15% face ao período homólogo. Ao nível da **margem bruta** média na Efacec Engenharia e Sistemas, em 2022, foi de 6% contra 4% em 2021.

	milhões euros	2022	2021
Encomendas		59,5	59,7
Receitas		82,4	97,0
Custos diretos		-77,7	-93,0
Margem Bruta		4,7	4,0
Custos indiretos		-15,3	-15,5
Fee de Gestão		-1,4	-1,2
Provisões e imparidades		-11,3	-3,7
EBITDA de gestão		-22,0	-15,1

O **EBITDA de gestão**, utilizado para aferir a performance do Grupo e de cada uma das Unidades de Negócio, obtém-se deduzindo às receitas os custos diretos e indiretos, bem como as Provisões e Imparidades:

- Os **custos diretos** agrupam todos os elementos de custo imputados a projetos ou produtos fabricados (materiais, mão de obra direta, serviços subcontratados, encargos gerais e despesas diretamente relacionadas com as vendas), diferenças de câmbio operacionais e outros custos necessários à atividade das Unidades de Negócio (qualidade, logística e desenvolvimento do produto). A dedução dos custos diretos às receitas determina a **margem bruta**, cujo valor médio em 2022 se cifrou em 5,7% face aos 4% registados em 2021.
- Os **custos indiretos** incluem essencialmente custos de estrutura, englobando as funções comerciais, administrativas e de direção, e apresentam um valor em linha com o ano anterior.

A este nível, é determinado o EBITDA de gestão, não sendo consideradas rubricas não recorrentes. Em 2022, o EBITDA de gestão da Efacec Engenharia e Sistemas ascendeu a -22M€, um agravamento face a 2021, como resultado de um maior valor registado na rubrica de Provisões e Imparidades.

<i>milhões euros</i>	2022	2021
EBITDA de gestão	-22,0	-15,1
Custos com Rescisões contratuais	0,0	-1,4
Resultados extraoperacionais	0,0	0,0
IFRS.16	0,9	0,9
EBITDA estatutário	-21,1	-15,6
Amortizações e depreciações	-2,1	-2,1
Custos Financeiros líquidos	0,0	0,2
Resultados em associadas	0,0	0,0
Resultado antes de impostos	-23,2	-17,5
Impostos	4,1	2,6
Resultado líquido	-19,1	-14,9

Em 2022 não foi registado qualquer valor nas rubricas Extraoperacionais, que compara com um custo de 1,4M€ em 2021.

A adoção da IFRS.16 tem impacto positivo no EBITDA estatutário, mas que é desconsiderado nas análises de gestão.

Após estes efeitos, o **EBITDA estatutário** fixou-se em -21,1M€.

A empresa manteve o registo de ganhos financeiros da ordem dos 3M€, fruto da colocação de excedentes de tesouraria passados na esfera do Grupo EPS. Em 2022, os resultados financeiros apresentaram um valor nulo.

A estimativa de imposto trouxe um efeito positivo aos resultados de 2022, por efeito do registo de ativos por imposto diferido relativos a benefícios fiscais à investigação e desenvolvimento a reportar. Assim, o **resultado líquido** da empresa em 2022 atingiu o valor de -19,1M€, face a -14,9 milhões negativos registados no ano anterior.

No final de 2022, o ativo da Efacec Engenharia e Sistemas era de 185,4M€ e o capital próprio de 25,3M€.

<i>milhões euros</i>	2022	2021
ACTIVO	185,4	203,9
<i>principais rubricas e variações:</i>		
Ativo Tangível e Intangível	14,7	15,9
Clientes	34,1	36,2
Acréscimo de rendimentos	25,2	19,7
Existências	4,3	4,9
Empréstimos Grupo	62,2	79,9
Ativo por imposto diferido	16,6	11,5
PASSIVO	160,1	159,3
<i>principais rubricas e variações:</i>		
Dívida financeira	47,3	54,8

Provisões	26,1	16,1
Fornecedores	44,0	35,0
Rendimentos a reconhecer	21,8	27,3
CAPITAL PRÓPRIO	25,3	44,7

O **Fundo de Maneio** inclui as rubricas Existências, Clientes, Acréscimo de rendimentos, Devedores e custos diferidos, Fornecedores e faturas em receção, Credores e acréscimos de custos, e Rendimentos a reconhecer. Globalmente, em 2022 o Fundo de Maneio da empresa aumentou em cerca de 2,2M€, essencialmente por efeito das rubricas de fundo de maneio ativo.

<i>milhões euros</i>	2022	2021
Capital próprio no início do exercício	44,7	47,6
Prestações suplementares	0,0	12,0
Dividendos pagos	0,0	0,0
Resultado líquido	-19,1	-14,9
Reserva de instrumentos financeiros	0,0	0,0
Outras variações	-0,3	-0,1
Capital próprio no fim do exercício	25,3	44,7

O **capital próprio** reduziu face a 2022, fruto do resultado negativo registado no período. Dessa forma a autonomia financeira apresenta um valor de 13,6%, face a 21,9% do período homólogo.

Ao nível do financiamento, a **Dívida Líquida** constante da Demonstração da Posição Financeira a 31.12.2022 e 2021 era a seguinte:

<i>milhões euros</i>	2022	2021
Dívida bancária	46,9	54,5
Disponibilidades	-1,8	-7,6
Empréstimos conc./obtidos Grupo	-61,6	-79,4
Dívida financeira líquida	-16,5	-32,5
Custo amortizado	-0,3	-0,3
Dívida líquida da Dem.Pos.Financeira	-16,7	-32,7

Durante o ano de 2022 a empresa aumentou a sua dívida financeira em cerca de 16M€.

No quadro anterior, os valores negativos traduzem uma aplicação líquida de fundos excedentários. Aparte a dívida bancária, mantém-se a colocação de excedentes na Efacec Power Solutions, sempre em condições de mercado.

Não obstante estarmos condicionados às distintas opções que podem resultar do desenrolar do processo de Privatização, é convicção do Conselho de Administração que o apoio acionista, será realizado através da holding do grupo – a EPS SGPS, SA, permitindo a boa gestão das diferentes necessidades operacionais e serviço de dívida, através do reembolso de dívida da empresa mãe e/ou reforço dos empréstimos, consoante as necessidades de tesouraria do momento.

5.2. Órgão sociais

Conselho de Administração

Ângelo Manuel da Cruz Ramalho

Manuel Alberto Pontes Ferreira

Fernando José Rabaça Vaz

Michael Barroso da Silva

Nuno Filipe Gonçalves da Silva

5.3. Proposta de aplicação de resultados

Considerando que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 se apurou como resultado líquido do exercício, o montante de -19 069 138,77 €, nos termos das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração propõe que o referido resultado negativo seja transferido para a conta de resultados transitados.

5.4. Informação legal sobre participações detidas na sociedade

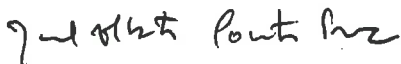
Em cumprimento do estabelecido no artigo 447º do código das Sociedades Comerciais, declara-se que, à data de 31 de dezembro de 2022, não existem ações da Sociedade detidas ou imputáveis aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

Maia, 23 de março de 2023

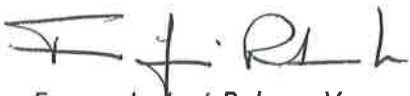
O Conselho de Administração



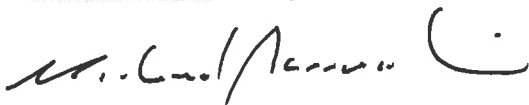
Ângelo Manuel da Cruz Ramalho



Manuel Alberto Pontes Ferreira



Fernando José Rabaça Vaz



Michael Barroso da Silva



Nuno Filipe Gonçalves da Silva

6. Demonstrações financeiras

EFACEC Engenharia e Sistemas, S.A.

Demonstração da posição financeira
em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

Os valores monetários estão expressos em euros

	Notas	2022	2021
Ativo			
Ativo Não Corrente			
Ativos Tangíveis	4	12 627 058	13 331 692
Ativos sob direito de uso	6	1 172 962	1 834 327
Ativos Intangíveis	5	2 059 829	2 559 615
Investimentos Financeiros	7	76 652	71 330
Empréstimos a Entidades Relacionadas	29	0	60 000 000
Devedores e Gastos a reconhecer	10	8 044 075	7 461 920
Ativos por Impostos Diferidos	18.1	16 573 810	11 500 939
Total não corrente		40 554 386	96 759 823
Ativo Corrente			
Existências	11	4 298 393	4 943 113
Clientes	8	34 069 007	36 240 901
Acréscimo de Rendimentos	9	25 189 633	19 748 154
Empréstimos a Entidades Relacionadas	29	62 238 963	19 947 924
Devedores e Gastos a Reconhecer	10	17 333 503	18 710 287
Caixa e Equivalentes de Caixa	12	1 752 879	7 565 495
Total corrente		144 882 379	107 155 874
Total do Ativo		185 436 765	203 915 697
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital	21.1	11 250 000	11 250 000
Prestações Acessórias	21.2	44 500 000	44 500 000
Reserva Legal		3 590 670	3 590 670
Reservas e resultados acumulados	21.3	-35 597 453	-16 563 598
Outro rendimento integral acumulado	21.4	1 549 457	1 887 447
Total do Capital Próprio		25 292 673	44 664 519
Passivo Não Corrente			
Provisões	19	26 131 484	16 095 806
Empréstimos Obtidos	16	30 573 487	46 316 674
Passivos de locação	17	498 106	1 120 102
Credores e Acréscimo de Gastos		1 083	1 083
Passivos por Impostos Diferidos	18.2	272 092	272 092
Total Passivo não corrente		57 476 252	63 805 758
Passivo Corrente			
Empréstimos Obtidos	16	16 062 853	7 960 369
Empréstimos de Entidades Relacionadas	29	623 804	499 065
Passivos de locação	17	774 548	822 779
Fornecedores	13	43 995 297	35 038 386
Faturas em receção e conferência	14	5 674 901	11 058 548
Credores e Acréscimo de Gastos	15	13 739 435	12 765 121
Rendimentos a Reconhecer	20	21 797 003	27 301 152
Total Passivo corrente		102 667 840	95 445 420
Total do Capital Próprio e Passivo		185 436 765	203 915 697

As Notas subsequentes fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

Contabilista Certificado

António Paulo Pedro Amaro

Conselho de Administração

Paulo Manuel Antunes

Paulo Manuel Antunes

EFACEC Engenharia e Sistemas, S.A.

Demonstração de resultados por natureza para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

Os valores monetários estão expressos em euros

	Notas	2022	2021
Vendas e Prestação de Serviços	31	82 394 580	97 032 831
Variação de Produção		-775 320	-753 061
Custo das Vendas e das Matérias Consumidas		-31 880 396	-46 134 319
Fornecimentos e Serviços Externos	22.1	-40 785 998	-39 776 171
Gastos com o Pessoal	22.2	-21 294 333	-22 977 789
Gastos com rescisões contratuais	22.3	-5 690	-1 069 855
Amortizações e depreciações	5-6-22.3	-2 106 924	-2 085 724
Provisões e Imparidade de ativos	22.4	-11 335 625	-3 672 159
Aumentos/reduções de justo valor		-2 002	0
Outros gastos operacionais	22.5	-998 335	-1 285 966
Outros rendimentos operacionais	22.5	3 586 291	3 047 387
Resultado Operacional		-23 203 751	-17 674 825
Gastos Financeiros	23	-3 182 291	-3 113 226
Rendimentos Financeiros	23	3 181 750	3 270 695
Perdas/Ganhos em entidades relacionadas		0	26 097
Resultado antes de impostos		-23 204 292	-17 491 260
Imposto sobre o rendimento - Diferido	24	5 072 871	4 249 579
Imposto sobre o rendimento - Corrente	24	-937 717	-1 642 761
Resultado Líquido		-19 069 139	-14 884 441
Resultado líquido por ação			
Básico	25	-8,48	-6,62
Diluído	25	-8,48	-6,62

As Notas subsequentes fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado

Alvaro Fernando P. F. Vaz Amorim

Conselho de Administração
 José Manuel Pires Simões
 João Filipe Gonçalves de Sousa

EFACEC Engenharia e Sistemas, S.A.

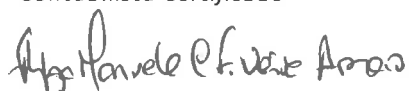
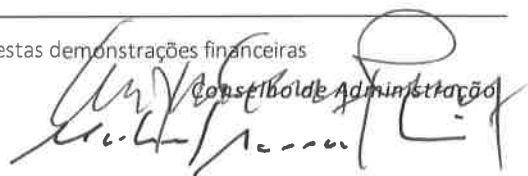
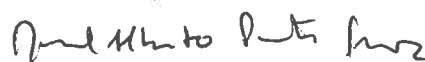
Demonstração do rendimento integral
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

Os valores monetários estão expressos em euros

	2022	2021
Resultado Líquido (1)	-19 069 139	-14 884 441
Outro rendimento integral		
<u>Itens reclassificáveis para resultados:</u>		
Variação da reserva de conversão monetária	-337 991	-39 178
	-337 991	-39 178
<u>Itens não reclassificáveis para resultados:</u>		
Variação de excedentes de valorização de ativos fixos	0	0
Outro rendimento integral do período	-337 991	-39 178
<u>Imposto sobre Outro Rendimento Integral</u>		
Variação de excedentes de valorização de ativos fixos	0	0
Imposto sobre Outro Rendimento Integral	0	0
Outro rendimento integral líquido do período (2)	-337 991	-39 178
Rendimento integral total do período (1)+(2)	-19 407 129	-14 923 619

As Notas subsequentes fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

Contabilista Certificado



EFACEC Engenharia e Sistemas, S.A.

Demonstração de alterações no Capital Próprio
nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

Os valores monetários estão expressos em euros

Notas	Capital Social	Prestações Suplement	Reserva Legal	Reservas e Resultados Acumulados	Outro Rendimento Integral			Total Capital Próprio
					Reservas Revalorização	Diferenças Conversão	Outro Rendim Integral	
Saldo em 1 de Janeiro de 2021	11 250 000	32 500 000	3 590 670	-1 656 743	2 217 526	-290 901	1 926 625	47 610 553
Prestações Suplementares		12 000 000		0				12 000 000
Rendimento integral do período				-14 884 441	0	-39 178	-39 178	-14 923 619
Outros				-22 415			0	-22 415
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	11 250 000	44 500 000	3 590 670	-16 563 598	2 217 526	-330 079	1 887 447	44 664 519
Saldo em 1 de Janeiro de 2022	11 250 000	44 500 000	3 590 670	-16 563 598	2 217 526	-330 079	1 887 447	44 664 519
Rendimento integral do período				-19 069 139	0	-337 991	-337 991	-19 407 129
Outros				35 284			0	35 284
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	11 250 000	44 500 000	3 590 670	-35 597 453	2 217 526	-668 070	1 549 457	25 292 673

As Notas subsequentes fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

Contabilista Certificado

Luís Fernando P. F. Vieira Amorim

[Assinatura]
Conselheiro de Administração

Paulo António Pires Figueira

[Assinatura]
Mário Augusto Gomes de Sousa

EFACEC Engenharia e Sistemas, S.A.

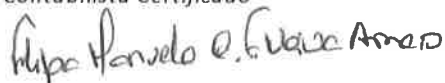
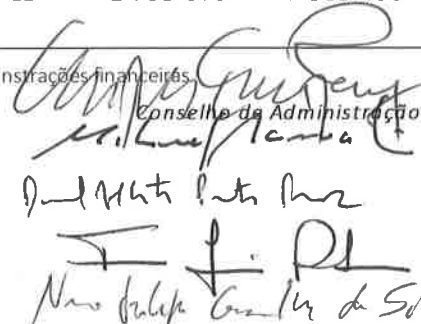
Demonstração dos Fluxos de Caixa
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

Os valores monetários estão expressos em euros

	Notas	2022	2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		59 457 260	102 096 549
Pagamentos a fornecedores		55 981 103	88 264 853
Pagamentos ao pessoal		21 015 175	23 896 174
Fluxo gerado pelas operações		<u>(17 539 018)</u>	<u>(10 064 477)</u>
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		(1 084 145)	(225 387)
Outros recebimentos / pagamentos relativos à atividade operacional		(1 053 245)	(5 426 835)
Fluxos das atividades operacionais [1]		<u>(19 676 408)</u>	<u>(15 716 699)</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios de investimento		518 989	820 769
Juros e rendimentos similares		3 063 549	7 140 707
Dividendos		66 156	198 555
		<u>3 648 694</u>	<u>8 160 031</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		0	3 345
Ativos tangíveis		32 416	563 690
		<u>32 416</u>	<u>567 035</u>
Fluxos das atividades de investimento [2]		<u>3 616 278</u>	<u>7 592 995</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos não correntes		60 000 000	19 147 377
Empréstimos correntes		58 787 362	23 365 728
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão		0	12 000 000
		<u>118 787 362</u>	<u>54 513 104</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos não correntes		11 376 561	750 000
Empréstimos correntes		94 630 377	47 848 506
Amortizações de contratos de locação operacional		850 991	827 350
Juros e gastos similares		1 736 985	1 121 847
		<u>108 594 914</u>	<u>50 547 703</u>
Fluxos das atividades de financiamento [3]		<u>10 192 449</u>	<u>3 965 402</u>
Variação de caixa e seus equivalentes [A]-[B]-[C]-[D]=[1]+[2]+[3]		(5 867 682)	(4 158 302)
Efeito das diferenças de câmbio	[D]	55 066	164 327
Caixa e seus equivalentes no início do período	[B]	7 565 495	11 559 470
Caixa e seus equivalentes no fim do período	[A] 12	1 752 879	7 565 495

As Notas subsequentes fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado

Conselho de Administração
 António Guilherme
 Presidente
 Novo Filipe Guilherme de Sousa

Notas às Demonstrações Financeiras

A. Informação Geral

A Efatec Engenharia e Sistemas, S.A. foi fundada em 1 de abril de 1991 (sob a denominação Efatec Sistemas de Electrónica, S.A.), por destaque de um conjunto de negócios que tinham por base as Tecnologias da Informação e a Electrónica, e que integravam já o Grupo Efatec.

Na década seguinte, por razões de posicionamento estratégico e abordagem aos mercados, a empresa integrou outras sociedades que atuavam em domínios próximos. Em 2006, foi realizada uma fusão por incorporação da sociedade ENT – Empresa Nacional de Telecomunicações, SA e em 2008, foram incorporadas as sociedades que integravam o Grupo Tech M5, que havia sido adquirido pelo Grupo Efatec em 2003.

Em 2010, procedeu-se a uma nova fusão, desta vez com a integração de quatro das principais sociedades do Grupo Efatec: a Efatec Engenharia, a Efatec Ambiente e a Efatec Automação e Robótica foram incorporadas na Efatec Sistemas de Electrónica, dando origem a uma sociedade única com uma imagem mais forte e maior capacidade de atuação junto dos mercados nacional e internacional. Esta nova entidade passou a denominar-se Efatec Engenharia e Sistemas, SA.

A Efatec Engenharia e Sistemas, SA conta com diversas sucursais no estrangeiro, criadas para o desenvolvimento de projetos específicos para clientes. Estes estabelecimentos existem por razões de natureza legal e fiscal dos países de instalação, e são consideradas extensões da empresa, sendo as suas contas integradas em “full method”.

Em 2013 foi deliberado o destaque do ramo de atividade de “gestão de participações sociais” da Efatec Engenharia e Sistemas para a sua acionista única Efatec Capital SGPS (atual MGI Capital). Esta atividade constituía um ramo secundário e acessório da Efatec Engenharia, e representava um volume significativo no ativo total da empresa, estando a Efatec Capital SGPS (atual MGI Capital), sociedade do Grupo dedicada exclusivamente à gestão de participações sociais, melhor equipada para gerir de forma eficiente as participações sociais transferidas. O destaque das partes sociais abrangeu investimentos financeiros em 14 sociedades e foi efetuado através de um processo de cisão-fusão.

O processo de reestruturação societária encetado em 2013 no Grupo Efatec prosseguiu em 2014 com algumas operações de cisão e transmissões de estabelecimento, tendo sempre como fundamento uma lógica de desenvolvimento dos negócios abrangidos por cada uma das operações. Neste ano, e no âmbito do referido processo, a Empresa destacou as unidades de negócio de Mobilidade Elétrica e de Logística, que deram origem a novas sociedades constituídas para o efeito, e as unidades de negócio de Automação e de Manutenção de centrais eólicas, que foram integradas noutras empresas do Grupo Efatec.

Em 15 de Dezembro de 2014, a Efatec Capital SGPS (atual MGI Capital) transferiu para a Efatec Power Solutions SGPS a titularidade das ações da Efatec Engenharia e Sistemas, através de um aumento de capital em espécie. A Efatec Power Solutions é, até hoje, a acionista única da Empresa.

As Notas seguintes suportam e complementam as demonstrações financeiras individuais da Sociedade.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de março de 2023.



B. Políticas contabilísticas

1. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas adotadas seguem as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor em cada período de reporte. Estão divulgadas nas notas subsequentes e têm sido aplicadas todos os anos de forma consistente pela Efacec Engenharia e Sistemas. As normas, interpretações e revisões emanadas dos diversos órgãos que supervisionam a aplicação das Normas – IASB, IASC, IFRIC e SIC, quando aplicáveis à Empresa, são adotadas no período em que se tornam obrigatórias. Neste exercício, as políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos.

1.1 Base de preparação

As presentes demonstrações financeiras da Efacec Engenharia e Sistemas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações. Não obstante o ciclo negativo da Efacec vivido desde janeiro de 2020, iniciado pelo episódio *Luanda Leaks* e o bloqueio financeiro que daí decorreu, a Administração mantém a convicção acerca da capacidade da Empresa se manter em continuidade, sendo este o pressuposto utilizado na preparação das Demonstrações Financeiras de 2022.

A Administração espera recuperar a rentabilidade operacional logo que sejam restabelecidas condições de funcionamento fundamentais, nomeadamente a renovação das linhas correntes de suporte à gestão de tesouraria e de emissão de garantias bancárias, absolutamente cruciais nas atividades que o Grupo Efacec desenvolve. É convicção da Administração que o acionista maioritário irá manter o apoio à Empresa na adoção das medidas necessárias ao cumprimento das suas obrigações até à conclusão do processo de privatização. A concretização deste processo permitirá à Efacec entrar num novo ciclo com condições de desenvolvimento e competitividade.

As demonstrações financeiras da Efacec Engenharia e Sistemas, S.A. estão de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), em vigor em 1 de janeiro de 2022, tal como adotadas na União Europeia.

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta a convenção do custo histórico, exceto os ativos financeiros e passivos financeiros, os quais se encontram contabilizados ao seu justo valor.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro requer o uso de algumas estimativas contabilísticas importantes. Também requer que o órgão de gestão exerça o seu julgamento no processo de aplicação das políticas contabilísticas da Empresa. As áreas envolvendo um maior grau de julgamento ou complexidade, ou as áreas onde as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 2.

As normas, interpretações e revisões emanadas dos diversos órgãos que supervisionam a aplicação das Normas internacionais de Relato Financeiro – IASB, IASC, IFRIC e SIC – encontram-se em baixo enunciadas, assim como as datas de aplicação e aprovação pela União Europeia.

25 

Descrição	Alteração	Data efectiva
1. Alterações às normas e interpretações que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2022		
Alteração à IAS 16: Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento dos ativos fixos tangíveis	Não permite a dedução dos montantes recebidos como contraprestação, por itens vendidos que resultaram da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, ao valor contabilístico desses mesmos ativos	01.01.2022
Alterações à IFRS 3: Referência à Estrutura Conceptual	Atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, no que se refere à identificação de um ativo ou de um passivo no âmbito de uma concentração.	01.01.2022
Alterações à IAS 37: Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato	Especifica quais são os custos que a entidade deve considerar quando está a avaliar se um contrato é ou não oneroso. Apenas os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato são aceites, e estes podem incluir: a) os custos incrementais para cumprir o contrato como a mão-de-obra direta e materiais; e b) a alocação de outros gastos que se relacionem diretamente com o cumprimento do contrato, como por exemplo a alocação dos gastos de depreciação de um dado ativo fixo tangível utilizado para realizar o contrato.	01.01.2022
Alteração à IFRS 16: Locações – Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19 após 30 de junho de 2021	As condições de aplicação do expediente prático mantêm-se, sendo que: i) caso o locatário já esteja a aplicar o expediente prático de 2020, terá de continuar a aplicá-lo a todos os contratos de locação com características similares, e em condições comparáveis; e ii) caso o locatário não tenha aplicado o expediente prático às bonificações de rendas elegíveis de 2020, não poderá aplicar a extensão à alteração de 2020	01.04.2021
Ciclo anual de melhorias 2018–2020	Melhorias que abrangem as normas IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 E IAS 41	01.01.2022
2. Alterações às normas e novas normas efetivas em ou após 1 de janeiro de 2023		
Alteração à IAS 1: Divulgação de políticas contabilísticas	Alteração aos requisitos de divulgação de políticas contabilísticas, que passam a ser baseadas na definição de “material” em detrimento de “significativo”.	01.01.2023
Alteração à IAS 8: Divulgação de estimativas contabilísticas	As estimativas contabilísticas passam a ser definidas como valores monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração utilizadas para concretizar o(s) objetivo(s) de uma política contabilística	01.01.2023
IFRS 17: Contratos de seguro	A IFRS 17 substitui a IFRS 4 – “Contratos de seguro”, a norma que vigora de forma interina desde 2004. A IFRS 17 é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária nos resultados se também forem emitentes de contratos de seguro. A IFRS 17 não se aplica aos tomadores de seguro.	01.01.2023
Alteração à IAS 12: Imposto diferido relacionado com os ativos e passivos associados a uma única transação	A IAS 12 passa a exigir que as entidades registem imposto diferido sobre determinadas transações específicas, quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. As transações sujeitas referem-se ao registo de: i) ativos sob direito de uso e passivos de locação; e ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes com os correspondentes valores reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial não relevem para efeitos fiscais.	01.01.2023
Alteração à IFRS 17: Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – Informação comparativa	Esta alteração aplica-se somente às entidades seguradoras na sua transição para a IFRS 17, permitindo a adoção de um “overlay” na classificação de um ativo financeiro para o qual a seguradora não efetua a aplicação retrospectiva, no âmbito da IFRS 9.	01.01.2023
3. Alterações às normas publicadas pelo IASB, ainda não endossadas pela EU		
Alteração à IAS 1: Passivos não correntes com covenants	Esta alteração clarifica que os passivos são classificados como saldos correntes ou não correntes em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses após a data de relato financeiro.	01.01.2024
Passivos de locação em transações de venda e relocação	Esta alteração à norma das locações introduz orientações relativamente à mensuração subsequente de passivos de locação, relacionados com transações de venda e relocação (“sale & leaseback”) que qualificam como “venda” de acordo com os princípios da IFRS 15	01.01.2024

As novas normas, alterações de normas e interpretações com aplicação efetiva a partir de 1 de janeiro de 2022, foram adotadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. A sua adoção não impactou de forma material as demonstrações financeiras da Empresa.

1.7 Ativos tangíveis

Os terrenos e edifícios compreendem essencialmente fábricas e escritórios. Os terrenos são apresentados ao justo valor. Os demais ativos tangíveis são apresentados ao custo histórico, menos depreciação, incluindo todos os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os gastos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como gastos no período em que são incorridos.

De acordo com as políticas contabilísticas da Empresa, para a determinação do justo valor os terrenos são sujeitos a avaliações trienais efetuadas por peritos independentes. As avaliações assentam na utilização dos critérios da comparação de mercado e dos custos de substituição. As revalorizações são reconhecidas no capital próprio, após dedução do respetivo imposto diferido. As desvalorizações, caso existam, são deduzidas ao capital próprio até ao limite das reservas de revalorização existentes para os mesmos ativos. No excedente daquele limite são reconhecidas em resultados.

26 

Quando os ativos tangíveis registados ao justo valor são vendidos, o montante incluído em reservas de revalorização é transferido para resultados transitados.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos outros ativos é calculada pelo método das quotas constantes por duodécimos sobre o valor de custo ou de revalorização, de forma a alocar o seu custo ou valor reavaliado ao seu valor residual, em função da sua vida útil estimada, como segue:

Rubrica	Anos
Edifícios e Outras Construções	25 – 50
Equipamento Básico	8 – 16
Equipamento de Transporte	4 – 5
Ferramentas e Utensílios	4 – 8
Equipamento Administrativo	4 – 6

O processo de depreciação inicia-se no mês seguinte àquele em que o bem entrou em funcionamento.

Os valores residuais dos ativos e as vidas úteis são revistas e ajustadas, se necessário, na data de fecho do exercício. Se a quantia escriturada é superior ao valor recuperável do ativo, procede-se imediatamente ao seu reajustamento para o valor recuperável estimado (Nota 1.4).

Os ganhos e/ou perdas nas alienações ou abates são determinados pela diferença entre o seu valor líquido contabilístico e o seu valor de alienação ou abate, sendo neste último caso nulo e incluídos no Resultado do exercício.

1.3 Ativos intangíveis

1.3.1 Software

O custo de aquisição de licenças de *software* é capitalizado e compreende todos os gastos incorridos para a aquisição e para colocar o software disponível para utilização. Esses custos são amortizados durante o período de vida útil estimada (não excedendo 5 anos). Os custos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *software* são reconhecidos como gastos quando incorridos.

Os custos diretamente associados à produção de *software* identificável e único controlado pela Empresa e que irá, provavelmente, gerar benefícios económicos futuros superiores aos custos, para além de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretos incluem os gastos com pessoal no desenvolvimento do *software* e a quota-parte de gastos gerais relevantes. Custos de desenvolvimento de *software* reconhecidos como ativos são amortizados durante a sua vida útil estimada (não excedendo 5 anos).

1.3.2 Despesas de investigação e desenvolvimento

Os dispêndios com investigação são reconhecidos como gastos quando incorridos. Os custos incorridos em projetos de desenvolvimento (relativos ao design e teste de novos produtos ou melhoramentos em produtos existentes) são reconhecidos como ativos intangíveis quando for provável que o projeto terá sucesso, considerando a sua viabilidade comercial e tecnológica e que os custos possam ser mensurados com fiabilidade. Outros dispêndios com desenvolvimento são reconhecidos como gastos quando incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como gastos podem ser reconhecidos como ativos em períodos subsequentes. Os custos de desenvolvimento com vida útil finita que tenham sido capitalizados são amortizados desde o início da produção comercial do produto numa base de linha reta pelo período do seu benefício esperado, não excedendo cinco anos.

1.3.3 Comissões em contratos

De acordo com a IFRS.15, a partir de 2018 a Empresa passou a capitalizar os gastos com comissões pagas no âmbito da obtenção de contratos com clientes. A despesa é registada como um ativo desde que seja inequívoca a sua relação com um determinado contrato de fornecimento ou serviço celebrado com um cliente. O ativo será amortizado de acordo com o reconhecimento do rédito do contrato a que se encontra vinculado.

1.4 Imparidade de ativos não financeiros (exceto Goodwill)

Os ativos que não têm uma vida útil definida não estão sujeitos a amortização, mas são objeto de testes de imparidade anuais. Os ativos sujeitos a amortização são revistos quanto a imparidade sempre que os eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo menos os gastos para venda e o seu valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto que reflita as avaliações correntes de mercado e risco específico do ativo.

Para realização de testes de imparidade, os ativos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa).

1.5 Ativos financeiros

1.5.1 Classificação

A Empresa classifica os seus ativos financeiros de acordo com as seguintes categorias: instrumentos de dívida e contas a receber, instrumentos de capital designados ao justo valor através de outro rendimento integral e ativos financeiros ao justo valor através da demonstração de resultados.

(a) Instrumentos de dívida e contas a receber

O ativo financeiro é detido tendo em conta um modelo de negócio cujo objetivo é mantê-lo de forma a receber os seus fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

(b) Instrumentos de capital designados ao justo valor através de outro rendimento integral

No reconhecimento inicial, a Empresa pode efetuar uma escolha irrevogável (instrumento financeiro a instrumento financeiro) de designar determinados investimentos em instrumentos de capital próprio (ações) a justo valor através do outro rendimento integral. A designação a justo valor através de outro rendimento integral não é permitida se o investimento for mantido para efeitos de negociação ou se resultar de uma contraprestação contingente reconhecida no âmbito de uma concentração de atividades empresariais.

Um ativo financeiro é mantido para negociação se for adquirido principalmente com o propósito de alienação no curto prazo, no reconhecimento inicial, fizer parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Empresa administra em conjunto e em que existe evidência de um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo, ou se for um instrumento financeiro derivado (exceto se se encontrar afeto a uma operação de cobertura).

(c) Ativos financeiros ao justo valor através da demonstração de resultados

Os ativos financeiros que não cumpram os critérios para serem mensurados pelo custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral são mensurados ao justo valor através da demonstração dos resultados.

1.5.2 Reconhecimento e mensuração

Todos os ativos financeiros reconhecidos são mensurados subsequentemente ao custo amortizado ou, ao seu justo valor, dependendo do modelo de negócio adotado pela Empresa e das características dos seus fluxos de caixa contratuais.

Os instrumentos de dívida e contas a receber são mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juro efetiva. Para os ativos financeiros que não sejam adquiridos ou originados com imparidade (ou seja, ativos com imparidade no reconhecimento inicial), a taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo fees e comissões pagas ou recebidas que fazem parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e outros prémios ou descontos) durante a vida esperada do instrumento na sua quantia escriturada bruta na data do seu reconhecimento inicial. O custo amortizado de um ativo financeiro é o montante pelo qual o mesmo é mensurado no reconhecimento inicial deduzido dos reembolsos de capital, mais a amortização acumulada, utilizando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre esse montante inicial e o montante do seu reembolso, ajustado por eventuais perdas por imparidade.

Os investimentos em instrumentos de capital próprio reconhecidos ao justo valor através de outro rendimento integral são mensurados inicialmente pelo seu justo valor acrescido dos custos de transação. Posteriormente, são mensurados ao seu justo valor com os ganhos e perdas decorrentes da sua variação reconhecidos no outro rendimento integral. No momento da sua alienação, o ganho ou a perda acumulada gerada com estes instrumentos financeiros não é reclassificado para a demonstração dos resultados, mas sim transferido somente para a rubrica de "Resultados transitados".

Os dividendos associados a investimentos em instrumentos de capital próprio são reconhecidos na demonstração dos resultados no momento em que são atribuídos / deliberados, a menos que os mesmos representem claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Os dividendos são registados na demonstração dos resultados na rubrica "Rendimentos e ganhos financeiros".

Na primeira aplicação da IFRS9, a Empresa designou os investimentos em instrumentos de capital próprio que não eram mantidos para negociação como valorizados ao justo valor através de outro rendimento integral.

Os ativos financeiros registados ao justo valor através da demonstração dos resultados são mensurados pelo justo valor apurado no final de cada período de relato, sendo os respetivos ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração dos resultados, exceto se fizerem parte de uma relação de cobertura.

1.5.3 Apresentação pelo valor líquido

Os ativos e passivos financeiros são apresentados na demonstração da posição financeira pelo seu valor líquido quando existe o direito legal a efetuar essa compensação, assim como a intenção de o fazer.

1.5.4 Imparidade de ativos financeiros

As perdas de imparidade esperadas para crédito concedido (contas a receber de clientes e ativos associados a contratos com clientes) são estimadas utilizando uma matriz de incobrabilidade baseada no histórico creditício dos devedores da Efacec Engenharia, ajustada por fatores específicos atribuíveis aos devedores, bem como pelas condições macroeconómicas que se estimam para o futuro. Para o efeito, os saldos de clientes e outros devedores são categorizados em diferentes segmentos e intervalos de vencimento e risco. A Efacec Engenharia reconhece as perdas de imparidade esperadas para crédito concedido para toda a vida das contas a receber de clientes e de outros devedores, bem como para os ativos associados a contratos com clientes.

1.6 Contabilização de instrumentos financeiros – derivados e coberturas

Os derivados são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor à data em que é tomada parte nas suas disposições contratuais, e mensurados subsequentemente ao seu justo valor. O método pelo qual se reconhecem as variações de justo valor depende da designação (ou não) desse derivado como instrumento de cobertura e, no caso de estar designado, da natureza do item coberto. A empresa designa certos derivados como: (1) coberturas de justo valor de ativos, passivos ou compromissos firmes reconhecidos (cobertura de justo valor); (2) cobertura de um risco específico associado a um ativo, passivo ou a uma transação altamente provável (cobertura de fluxos de caixa).

Para cada transação, e aquando da sua origem, a Empresa prepara documentação que justifique a relação entre o instrumento de cobertura e o item coberto, assim como o objetivo de gestão de risco e a estratégia para a transação de cobertura, sendo igualmente documentada, quer à data de negociação da cobertura, quer numa base contínua, a sua análise da eficácia com que o instrumento de cobertura compensa as variações do justo valor, ou dos fluxos de caixa dos instrumentos cobertos. De acordo com a IFRS9, o justo valor dos derivados do tipo opção é separado no seu valor intrínseco e no seu valor temporal, dado que apenas o valor intrínseco destes instrumentos pode ser designado como instrumento de cobertura. Assim, os testes de eficácia dos derivados do tipo opção incluem apenas o valor intrínseco destes instrumentos.

O justo valor dos derivados contratados para efeitos de cobertura, quando existem, é apresentado em Nota própria. A totalidade do justo valor de um derivado de cobertura é classificada como um ativo ou passivo não corrente quando a maturidade residual do instrumento coberto é maior do que 12 meses, e como um ativo ou passivo corrente quando esta é menor do que 12 meses. Derivados de negociação são classificados como ativos ou passivos correntes.

1.6.1 Cobertura do justo valor

Variações no justo valor dos derivados que são designáveis e classificados como instrumentos de cobertura de justo valor, são reconhecidas na demonstração de resultados, juntamente com as variações de justo valor dos ativos ou passivos cobertos atribuíveis ao risco coberto.

Se a relação de cobertura deixar de cumprir os critérios de contabilidade de cobertura, então o ajustamento para o valor contabilístico do item coberto, para o qual é usado o método de taxa efetiva, é amortizado ao longo do período que se estende até à sua maturidade.

1.6.2 Cobertura de fluxos de caixa

O montante eficaz da variação de justo valor dos derivados designáveis e classificados como coberturas de fluxos de caixa é reconhecido em capital. O ganho ou perda relacionado com o montante ineficaz é reconhecido de imediato na demonstração de resultados.

Os montantes acumulados em capital são posteriormente reconhecidos para a demonstração de resultados no mesmo período em que o instrumento afeta a demonstração de resultados (por exemplo, quando a transação de uma previsão de vendas coberta ocorre). O ganho ou perda relativo ao valor de swaps de taxa de juro, a cobrir empréstimos de taxa variável, é reconhecido na demonstração de resultados como “Gastos financeiros líquidos”. O ganho ou perda relativo a derivados de taxa de câmbio é reconhecido na demonstração de resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”, respetivamente. O ganho ou perda relativo a derivados sobre o preço de commodities é reconhecido na demonstração de resultados como “Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas”.

Quando um instrumento de cobertura atinge a sua maturidade, quando é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir com os requisitos de contabilidade de cobertura, qualquer ganho ou perda acumulado registado em capital permanecerá registado dessa forma, sendo reconhecido na demonstração de resultados quando a transação prevista o for. Quando a ocorrência da transação prevista deixar de ser provável, o ganho ou perda acumulado registado em capital é transferido de imediato para a demonstração de resultados, como gastos ou rendimentos financeiros.

1.6.3 Derivados não qualificados para coberturas

Certos derivados não cumprem com os critérios de cobertura. As variações no seu justo valor são reconhecidas de imediato na demonstração de resultados.

1.7 Existências

As existências são apresentadas ao mais baixo valor entre o custo e o valor líquido de realização. No caso das matérias-primas, o custo corresponde ao custo de aquisição. No caso dos produtos acabados e dos produtos em curso de fabrico (Nota 11), o custo é calculado utilizando o custo *standard* (que não se desvia significativamente do custo real de produção), sendo que o custo destes produtos integra custos de matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e encargos gerais de fabrico (com base na capacidade de produção normal). Os custos com empréstimos obtidos não são considerados.

O custo das existências inclui a transferência de capital próprio de qualquer ganho ou perda classificada como cobertura de fluxos de caixa relacionada com a compra de matérias-primas.

O valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos variáveis de venda.

1.8 Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” inclui valores em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada. Os descobertos bancários são apresentados na Demonstração da posição financeira, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos.

1.9 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, das entradas de capital.

1.10 Dívida financeira

A dívida financeira engloba os empréstimos obtidos junto do mercado, de instituições de crédito ou de outras entidades, nomeadamente partes relacionadas. São reconhecidos inicialmente ao seu valor nominal. Os empréstimos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de custos de transação) e o valor amortizado é reconhecida na demonstração de resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efetiva.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data de reporte.

Os juros e outros encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os juros e outros encargos financeiros de empréstimos obtidos, que estejam diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos, são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando o ativo se encontra pronto a ser utilizado ou quando o projeto se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos financeiros gerados por empréstimos obtidos, diretamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

1.11 Valores a pagar a Fornecedores e outros credores

Os valores a pagar a Fornecedores e outros credores são reconhecidos inicialmente pelo justo valor e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo. As contas de fornecedores são classificadas como passivos correntes, se o pagamento for devido no prazo de um ano ou menos (ou no ciclo operacional normal do negócio se maior). Se não, as contas de fornecedores são apresentadas como passivos não correntes.

Confirming

A entidade mantém protocolos de colaboração com entidades financeiras com o objetivo de permitir aos seus fornecedores o acesso a uma ferramenta vantajosa de gestão do seu fundo de maneiço, mediante a confirmação pela entidade/ subsidiárias da validade dos créditos que o fornecedor detém sobre esta.

No âmbito destes protocolos alguns fornecedores celebraram livremente acordos com essas instituições financeiras que lhes permitem a antecipação do recebimento dos créditos abrangidos imediatamente após confirmação à instituição financeira por parte daquelas subsidiárias da sua validade.

A entidade considera que a substância económica dos referidos passivos financeiros não se altera pelo que mantêm a classificação contabilística dos referidos créditos na rubrica de “Fornecedores” até à data do seu vencimento normal nos termos do contrato de fornecimento celebrado entre a empresa e o fornecedor sempre que (i) o prazo de vencimento corresponda a um prazo praticado pela indústria em que a entidade/ o grupo se insere, verificando-se tal facto por não existirem alterações dos prazos de pagamento para prazos fora do intervalo que normalmente é aplicável a outros fornecedores que não tenham aderido ao referido programa, e (ii) a entidade não suporta encargos líquidos com a operação de antecipação de pagamento face à alternativa de pagamento no vencimento normal.

Na data de vencimento das referidas faturas, o valor é pago pela entidade à instituição financeira independentemente de esta ter ou não antecipado aqueles valores aos fornecedores.

1.12 Imposto sobre o Rendimento e Impostos diferidos

A Efacec Engenharia e Sistemas, SA integra o perímetro de consolidação fiscal da Efacec Power Solutions, SGPS, SA, sendo a tributação efetuada de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (Artigo 69º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC).

O imposto sobre o rendimento da sociedade inclui o imposto corrente e o imposto diferido.

O imposto corrente é calculado com base na legislação fiscal vigente à data da demonstração da posição financeira. A gestão revê periodicamente a sua análise nesta matéria e reconhece provisões para contingências fiscais prováveis para os casos sob análise, assim como possíveis ajustamentos feitos pelas autoridades fiscais. Estas provisões são constituídas pelo montante que se espera pagar às autoridades fiscais.

O imposto diferido é calculado com base no valor das diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação. Contudo, o imposto diferido não é registado se surgir através do reconhecimento inicial de um ativo ou de um passivo, numa transação que não constitua concentração de atividades empresariais que à data da transação não afete os rendimentos ou gastos, nem contabilísticos, nem tributáveis. O imposto diferido é determinado à luz da legislação e taxas vigentes, ou substantivamente vigentes à data de reporte, e que se esperam aplicar aquando da realização do imposto diferido ativo, ou liquidação do imposto diferido passivo.

Ativos por impostos diferidos são reconhecidos, apenas quando a existência de futuros rendimentos tributáveis é expetável, sob os quais a diferença temporária possa ser utilizada.

Ativos e passivos por impostos diferidos são apresentados na demonstração da posição financeira pelo seu valor líquido, quando existe o direito legal a compensar os ativos e passivos correntes por impostos diferidos por esse valor. Os impostos diferidos são classificados como não-correntes, conforme apresentado na demonstração da posição financeira.

1.13 Provisões

As provisões são registadas ao justo valor das despesas que se espera que venham a ocorrer de modo a liquidar a obrigação, utilizando-se uma taxa pré-imposto que reflita o valor temporal do dinheiro, assim como os riscos específicos da obrigação, conforme atribuído pelo mercado. Não são reconhecidas provisões por perdas operacionais futuras.

De acordo com o previsto na IAS37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, um passivo contingente é definido como:

- a) uma possível obrigação que surja proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da empresa; ou
- b) uma obrigação presente que surja de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque:
 - i. não é provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; ou
 - ii. a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Um passivo contingente não deve ser reconhecido no balanço. O passivo contingente deve ser divulgado a menos que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos seja remota.

A Efacec Engenharia reconhece provisões para contratos onerosos quando os gastos a incorrer para satisfazer as obrigações contratuais assumidas excedem os benefícios económicos estimados, contrato a contrato, de acordo com estimativas dos responsáveis das obras/projetos.

1.14 Reconhecimento do rédito

A Empresa aplicou a partir de 1 de janeiro de 2018 a nova norma IFRS 15 – “Rédito de Contratos com Clientes”, que substituiu a IAS 18. A aplicação desta norma não impactou materialmente as demonstrações financeiras da Empresa.

O rédito compreende o justo valor das receitas, líquido de impostos e descontos comerciais, e após eliminação das vendas internas.

As receitas são reconhecidas ao justo valor do montante recebido, ou a receber, das transações realizadas com clientes no decurso normal das atividades da empresa. As receitas são reconhecidas pelo valor líquido do montante de imposto sobre o valor acrescentado, devoluções e descontos.

Na determinação do valor do rédito, a Empresa avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais a Empresa efetua a sua melhor estimativa.

A política de reconhecimento do rédito para as principais atividades económicas desenvolvidas pela Empresa descreve-se conforme segue:

Vendas

O reconhecimento do rédito dá-se quando o produto é entregue e aceite pelo cliente, e quando o recebimento da respetiva conta a receber se encontra razoavelmente assegurado.

Prestação de serviços

A prestação de serviços é reconhecida no período contabilístico no qual os serviços são prestados e faturados.

Contratos Plurianuais

As receitas geradas por contratos que decorrem por períodos superiores a um ano são contabilizadas de acordo com o método de percentagem de acabamento, com referência aos gastos incorridos, entrega parcial, ou outra abordagem que permita a estimação fiável dos custos de acabamento do trabalho. Quando não é possível fazer uma estimativa fiável das receitas e custos, as receitas são reconhecidas quando o produto é entregue ao cliente. Neste caso, os gastos incorridos até à entrega são registados em ‘Existências – produtos e trabalhos em curso’.

Quando o montante faturado ao cliente é maior do que o determinado pelo método de percentagem de acabamento, é reconhecida uma receita diferida, representando uma responsabilidade para com cliente relativa ao trabalho a ser executado, que é registada na rubrica “Rendimentos a reconhecer-Faturação a reconhecer” (Nota 20). Quando o montante faturado ao cliente é menor que o determinado pelo método da percentagem de acabamento é reconhecido um acréscimo de receita que é registado na rubrica “Acréscimos de rendimentos” (Nota 9).

Os custos contratuais incluem matérias-primas e materiais diretos, mão-de-obra direta e também custos indiretos, distribuídos conforme especificado no contrato. Despesas com vendas e administrativas são registadas aquando da sua ocorrência. São constituídas provisões para as perdas previsíveis decorrentes da realização do contrato, no período em que são determinadas, sendo reconhecidas de imediato na demonstração de resultados. Alterações aos contratos ou a estimativas e provisões de gastos e/ou rendimentos e margens, decorrentes da renegociação de condições com os clientes ou de produtividade interna, são reconhecidas em resultados a partir do período em que ocorrem e atendendo aos respetivos graus de acabamento.

Quaisquer variações nos trabalhos realizados ou a realizar apenas são consideradas após o acordo com o cliente. Estas variações são registadas como um novo contrato quando estas correspondem a um novo âmbito e as condições financeiras negociadas sejam independentes do contrato inicial. Quando estas condições não se verificarem, a Empresa procede ao recálculo da percentagem de acabamento acumulada do contrato.

Os materiais específicos aos contratos, que não tenham sido usados ou instalados, são apresentados na rubrica ‘Existências – produtos e trabalhos em curso’.

As penalidades e incentivos associados aos contratos de construção são reconhecidos atendendo à natureza dos termos negociados com base no método do valor mais provável ou valor esperado, desde que não seja provável a sua reversão.

1.15 Locações

A partir de 1 de janeiro de 2019, a empresa passou a adotar a IFRS16, norma promulgada pelo IASB que preconiza uma nova orientação sobre a contabilização de contratos de locação. A norma IFRS16 especifica as regras para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de locações.

O principal impacto desta norma reside na aplicação de idêntico tratamento na contabilização das locações financeiras e das locações operacionais, desde que estas preencham um conjunto de requisitos, nomeadamente quanto à possibilidade de identificar o ativo, a capacidade do locatário para decidir quanto ao seu uso e a tomada de benefícios económicos por parte do locatário. Deste modo, os locatários passam a apresentar os passivos resultantes de locações na face das demonstrações financeiras, reconhecendo em contrapartida o valor do ativo que mantém sob direito de uso.

Na metodologia de aplicação da IFRS 16, não foram incluídos os contratos com duração até 12 meses, bem como os contratos de valor unitário inferior a 5 mil euros e foram avaliadas as condições de exercício das opções de cancelamento e extensão do prazo.

Na atualização das rendas são utilizadas taxas de desconto diferenciadas por natureza de ativo e por geografia.

Apresentação nas demonstrações financeiras:

Passivo de locação

As rendas vincendas são apresentadas na Demonstração da posição financeira sob a rubrica “Passivos de locação”, classificadas como saldos correntes ou não-correntes consoante a data de vencimento das rendas ocorra no período até um ano ou superior a um ano. Na Demonstração dos resultados são apresentados os juros das locações, sob a rubrica “Gastos financeiros”. Na Demonstração dos fluxos de caixa, no agrupamento das Atividades de financiamento são apresentados os pagamentos do valor nominal das rendas da locação em linha separada; os pagamentos dos juros das rendas de locação integram a linha de Juros e gastos similares.

Ativos sob direito de uso

O valor dos bens em regime de locação é registado em rubrica separada da Demonstração da posição financeira denominada “Ativos sob direito de uso”. Os ativos em locação assumiram inicialmente o valor correspondente à dívida na data da adoção

da Norma. As depreciações dos ativos são apresentadas na face da Demonstração dos resultados, na rubrica “Depreciações e amortizações”.

Nas Notas anexas é divulgado em nota separada o detalhe dos movimentos registados no exercício (adições, abates, depreciações, etc.) por classe, dos ativos sob direito de uso.

1.16 Subsídios

Os subsídios recebidos são reconhecidos pelo seu justo valor quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e a Empresa cumprirá as obrigações inerentes.

Os subsídios recebidos com o objetivo de compensar a Empresa por investimentos efetuados em ativos tangíveis ou intangíveis são incluídos no passivo como rendimentos a reconhecer (Nota 20) e são creditados na demonstração de resultados proporcionalmente à vida útil dos ativos correspondentes.

Os subsídios recebidos com o objetivo de compensar os gastos incorridos, são registados na demonstração de resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que aqueles subsídios visam compensar.

1.17 Diferenças de câmbio

A Empresa contabiliza as diferenças de câmbio baseada no princípio da natureza das operações que lhes dão origem. Assim, as diferenças de câmbio com origem em atividades de natureza operacional, abrangendo as vendas e compras das unidades de negócio, são registadas como rendimentos ou gastos operacionais, consoante sejam favoráveis ou desfavoráveis. As diferenças de câmbio apuradas no registo de operações financeiras ou na atualização de saldos com a mesma natureza são registadas como rendimentos ou gastos financeiros.

1.18 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos detentores do capital é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Empresa no período em que os dividendos são aprovados em Assembleia Geral pelos acionistas.

1.19 Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes em que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja apenas possível, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgadas nas notas, a menos que a possibilidade de se concretizar a saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não sejam objeto de divulgação. São reconhecidas provisões para passivos que satisfaçam as condições previstas na Nota 1.13.

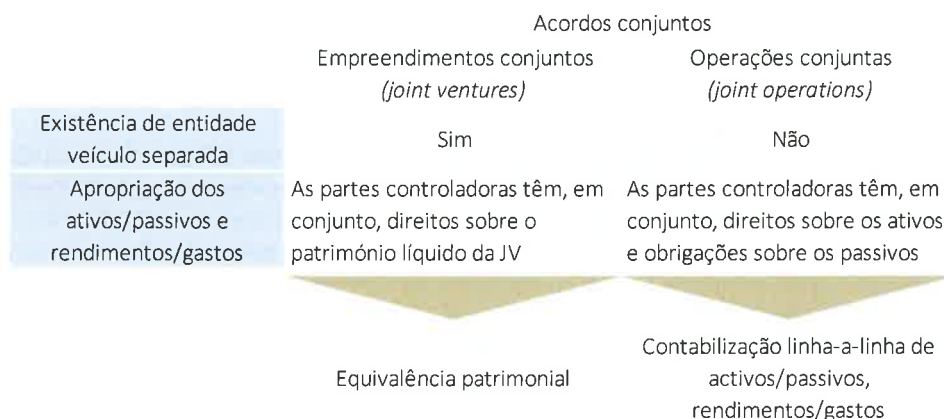
Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas são divulgados no anexo às demonstrações financeiras quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

1.20 Acordos conjuntos

A norma internacional de contabilidade IFRS11 qualifica os investimentos controlados conjuntamente como operações conjuntas (*joint-operations*) ou como empreendimentos conjuntos (*joint-ventures*). As orientações do IASB passaram a exigir uma análise cuidada dos contratos constitutivos e das disposições estatutárias das entidades existentes e a constituir, para a determinação das normas aplicáveis e do método de contabilização.

Para determinar a existência ou não de acordo conjunto e a sua natureza, os principais parâmetros de análise são:

- Existência ou não de uma entidade veículo separada
- Disposições estatutárias sobre a tomada de decisões
- Apropriação dos ativos/passivos e dos rendimentos/gastos



1.21 Benefícios aos empregados

Pensões

A totalidade dos colaboradores da Empresa está abrangida unicamente pelo regime geral de segurança social.

Remunerações Variáveis

As remunerações variáveis pagas aos empregados são registadas na demonstração de resultados do ano a que respeitam, na rubrica "Gastos com o Pessoal".

1.22 Operações em descontinuação

Uma operação descontinuada é uma componente de uma entidade que, ou foi abatida, ou está classificada como detida para venda ou liquidação e (a) representa uma linha significativa de negócio ou área geográfica de operações, ou (b) faz parte de uma reestruturação de uma área de negócio ou área geográfica de operações.

As operações descontinuadas são classificadas como detidas para venda se o seu valor for realizável através de uma transação de venda, ao invés da continuação do seu uso. Esta situação é considerada apenas quando: (i) a venda é altamente provável e o ativo está disponível para venda de imediato, na sua condição atual, (ii) o grupo comissionou a sua venda e (iii) é exetável que a venda se realize num período de 12 meses. Neste caso, os ativos não correntes são registados ao menor entre o seu valor contabilístico e o seu justo valor, líquido dos custos da venda.

1.23 Demonstração de fluxos de caixa

A demonstração de fluxos de caixa é preparada de acordo com o método direto. A Empresa classifica ativos com maturidade até um ano, com elevada liquidez e para os quais o risco de variação do valor é insignificante na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa".

A demonstração de fluxos de caixa é dividida por atividades operacionais, atividades de investimento e atividades de financiamento. As atividades operacionais incluem recebimentos de caixa de clientes e pagamentos a fornecedores, pessoal e outros pagamentos relacionados com a atividade operacional.

Os fluxos de caixa incluídos nas atividades de investimento incluem aquisições e alienações de investimentos em subsidiárias, recebimentos de caixa e pagamentos decorrentes da compra e venda de ativos tangíveis e intangíveis.

As atividades de financiamento compreendem recebimentos e pagamentos de caixa relativos a capital próprio e empréstimos, incluindo descobertos bancários. Incluem ainda pagamentos relativos a juros, dividendos e locações financeiras e operacionais.

1.24 Eventos subsequentes

Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a mesma data são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

2. Estimativas e julgamentos contabilísticos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a gestão da Empresa efetue julgamentos e estimativas que afetam os montantes de rendimentos, gastos, ativos e passivos e divulgações à data das demonstrações financeiras.

Estas estimativas são determinadas pelos julgamentos da gestão da empresa, baseados: (i) na melhor informação e conhecimento de eventos presentes e em certos casos em relatos de peritos independentes, e (ii) nas ações que a Empresa considera poder vir a desenvolver no futuro. Contudo, na data de concretização das operações, os seus resultados poderão ser diferentes destas estimativas.

As estimativas e as premissas que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico dos ativos e passivos no exercício seguinte são apresentadas abaixo.

2.1 Redito

A Empresa utiliza o método da percentagem de acabamento na contabilização dos seus contratos plurianuais. A utilização da percentagem de acabamento exige a formulação de estimativas sobre o grau de construção e dos serviços executados até à data como uma proporção do total da construção e dos serviços a serem executados. A Gestão exerce julgamentos para determinar se os resultados de um contrato podem ser estimados com fiabilidade. A Gestão também faz estimativas do custo total dos serviços, ou em alguns casos, dos custos totais do contrato, que são utilizados na determinação do valor recuperável dos contratos, podendo dar origem ao registo de uma provisão (contrato oneroso). As estimativas são continuamente revistas com base em alterações e informações relativas a cada contrato.

2.2 Justo valor dos ativos e passivos financeiros

Para determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, quando existe mercado ativo, é utilizado o preço de mercado. Quando não existe mercado ativo, o que se verifica nalguns dos ativos e passivos financeiros da Empresa, são utilizadas técnicas de avaliação do justo valor geralmente aceites, com base em pressupostos de mercado.

A Empresa utiliza técnicas de avaliação para instrumentos financeiros não cotados como os derivados, instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados, e ativos disponíveis para venda. Os métodos de avaliação que são usados mais frequentemente baseiam-se nos modelos de fluxos de caixa descontados e nos modelos de opções, incluindo, por exemplo, taxas de juro, taxas de câmbio, cotações de matérias-primas e curvas de volatilidade.

2.3 Imposto sobre o rendimento

A Empresa reconhece passivos para liquidações adicionais de impostos que possam resultar de revisões pelas autoridades fiscais. Quando o resultado final destas situações é diferente dos valores inicialmente registados, as diferenças terão impacto no imposto sobre o rendimento e nas provisões para impostos, no período em que tais diferenças se constatarem.

Adicionalmente, a Empresa reconhece ativos por impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e sobre benefícios fiscais, na medida em que sejam esperados lucros tributáveis futuros. Esta avaliação requer o uso de estimativas, podendo os lucros tributáveis futuros ser diferentes da avaliação realizada a cada data de fecho. A diferença terá impacto no imposto sobre o rendimento.

2.4 Reconhecimento de provisões

A Empresa revê periodicamente as obrigações decorrentes de eventos passados que devem ser reconhecidos ou divulgados. A subjetividade envolvida na determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para cumprir as obrigações pode dar origem a ajustamentos significativos devidos a variações nas suposições feitas, ou devido ao futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

A Gestão exerce julgamentos consideráveis para determinar se existe uma obrigação presente como resultado de um evento passado, ou se é provável, na data das demonstrações financeiras, que de acontecimentos passados possam resultar saídas de recursos, e se o montante da obrigação pode ser estimado com fiabilidade. A Empresa revê periodicamente o estado desses processos recorrendo a aconselhamento, tanto interno como externo. Estas decisões estão sujeitas a alterações conforme novas informações estiverem disponíveis. O valor a provisionar pode mudar no futuro devido a novos desenvolvimentos nesta matéria em particular.

2.5 Ativos tangíveis e intangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual a Empresa espera que o mesmo ativo esteja disponível para uso e que deverá ser revisto, no mínimo, no final de cada exercício.

A determinação das vidas úteis dos ativos, o método de amortização/depreciação a ser aplicado e as perdas estimadas resultantes da substituição do equipamento antes do fim da vida útil devido à obsolescência tecnológica é fundamental na determinação do montante de amortização/depreciação a ser reconhecido na demonstração dos resultados para cada ano. Estes pressupostos são com base nos melhores conhecimentos da Gestão, e tendo em conta as melhores práticas adotadas por empresas semelhantes nos setores em que a Empresa opera.

2.6 Perdas por imparidade em contas a receber

O risco de crédito sobre os saldos das contas a receber é avaliado à data de fecho, tendo em conta o conhecimento do cliente e o seu perfil de risco. As contas a receber são ajustadas com base na avaliação feita pela gestão dos riscos estimados de cobrança na data do encerramento, que podem diferir dos riscos que efetivamente venham a ocorrer.

2.7 Perdas por imparidade em existências

A quantia recuperável das existências e consequentemente a suscetibilidade a situações de imparidade, dependem do valor realizável líquido, o qual foi estimado com base nas circunstâncias conhecidas à data das demonstrações financeiras. A expectativa atual de realização pode diferir das quantias que venham (ou se esperem que venham) a ser recuperadas futuramente.

C. Gestão do risco

3. Gestão de riscos financeiros

3.1 Fatores do risco financeiro

As atividades da Empresa estão expostas a uma variedade de riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de preço e risco de taxa de juro), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Grupo EPS, onde a Empresa se insere, concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os potenciais efeitos adversos sobre o desempenho financeiro do Grupo EPS. Para o efeito são analisados vários instrumentos financeiros para minimizar os referidos riscos, os quais, em determinadas circunstâncias, podem ser contratados exclusivamente para cobrir riscos decorrentes da atividade e negócios.

A gestão de riscos financeiros é realizada pela Direção de Finanças Corporativa, no âmbito das políticas e orientações aprovadas pelo Conselho de Administração. Esta Direção é responsável pela identificação, avaliação e cobertura dos riscos financeiros, em estreita colaboração com as unidades operacionais do grupo. São estabelecidos pelo Grupo princípios para a gestão global dos riscos, bem como políticas destinadas a cobrir áreas específicas, como o risco cambial, risco de preço, risco de taxa de juro, risco de crédito, utilização de instrumentos financeiros derivados e não derivados e o investimento dos excedentes de liquidez. O Conselho de Administração efetua um acompanhamento muito próximo das referidas transações.

3.1.1 Riscos de mercado

3.1.1.1 Risco cambial

No decurso das suas operações internacionais, a Empresa está exposta ao risco de variação das taxas de câmbio decorrentes de propostas apresentadas em moeda estrangeira, contratos de fornecimento e de construção e transações futuras em moeda estrangeira. A principal fonte de exposição a risco cambial da Empresa advém dos ativos e passivos financeiros denominados em dólares americanos.

A política da Empresa relativa à exposição ao risco cambial consiste na cobertura dos contratos mais significativos denominados em moeda estrangeira, através da utilização de instrumentos financeiros derivados de curto prazo.

Os testes de sensibilidade cambial aos ativos e passivos financeiros líquidos não indicaram a existência de impactos materiais.

3.1.1.2 Risco de fluxos de caixa e de justo valor associados à taxa de juro

O risco da taxa de juro da Empresa advém essencialmente dos empréstimos não correntes, uma vez que não existe um montante significativo de ativos não correntes remunerados. Os empréstimos contratados com taxas de juro variáveis expõem a Empresa ao risco de variações dos fluxos de caixa. A política do Grupo EPS é de contratar passivos financeiros de taxa de juro variável, não estando desta forma exposto ao risco de justo valor associado a variações de taxa de juro.

A Empresa tem uma política dinâmica de gestão do risco de taxa de juro, com o objetivo de limitar o risco de variações dos fluxos de caixa associados às alterações de taxa de juro. Enquadrada pelas políticas definidas, a Direção de Finanças Corporativa analisa e decide sobre a contratação de instrumentos financeiros derivados, podendo fazê-lo através da contratação de instrumentos em que troca fluxos indexados à taxa de juro variável por fluxos calculados a taxa fixa, ou através de opções sobre taxa de juro.

A exposição a risco de taxa de juro é analisada de forma dinâmica. Para além da avaliação dos encargos futuros, com base nas taxas *forward*, realizam-se testes de sensibilidade a variações no nível das taxas de juro. Atualmente, a Empresa está exposta, fundamentalmente, à curva de taxa de juro do Euro. A análise de sensibilidade é baseada nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro de mercado afetam os rendimentos ou gastos com juros em relação a instrumentos financeiros com taxas de juro variáveis;
- Alterações nas taxas de juro de mercado afetam os rendimentos e gastos com juros em relação a instrumentos financeiros com taxas de juros fixas, apenas se estes estiverem reconhecidos a justo valor;
- Alterações nas taxas de juro de mercado afetam o justo valor de instrumentos financeiros derivados e outros ativos e passivos financeiros; e
- Alterações no justo valor de outros ativos e passivos financeiros são estimados descontando os fluxos de caixa futuros, utilizando taxas de mercado do final do ano.

Para cada análise, independentemente da moeda, são utilizadas as mesmas alterações às curvas de taxa de juro. As análises são efetuadas para a dívida financeira líquida, ou seja, aos empréstimos são deduzidos os depósitos remunerados e as aplicações de tesouraria. As simulações são efetuadas tendo por base os valores líquidos de dívida e o justo valor dos instrumentos financeiros derivados às datas de referência, e a respetiva alteração nas curvas de taxa de juro.



Em 31 de dezembro de 2022, a Empresa não tinha derivados de taxa de juro contratados. A exposição da Empresa na mesma data era de 46.717 mil euros de empréstimos bancários, totalmente denominados em Euros. Na mesma data, a Empresa tinha empréstimos concedidos a partes relacionadas, líquidos de empréstimos obtidos, no valor de 61.615 mil euros. Nos empréstimos concedidos, a Empresa é remunerada em condições normais de mercado.

Com base nos ativos e passivos no final do exercício, se as taxas de juro dos empréstimos e depósitos fossem 0,25% superiores ou inferiores, considerando todas as outras variáveis constantes, o resultado antes de impostos do ano teria sido superior/inferior em cerca de 37 mil euros (62 mil euros em 31 de dezembro de 2021), respetivamente. Estes efeitos devem-se, essencialmente, ao maior ou menor ganho com juros em empréstimos de taxa variável.

3.1.2 Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações contratuais, o que poderá originar o reconhecimento de uma perda. O risco de crédito resulta essencialmente das atividades operacionais da Empresa, especificamente os riscos de crédito a clientes, incluindo valores a receber e compromissos firmes, e as suas atividades de investimento e cobertura, incluindo instrumentos financeiros derivados e depósitos em instituições financeiras.

Instituições financeiras

Relativamente às instituições financeiras, o Grupo EPS, através da Direção de Finanças Corporativa, seleciona as contrapartes com que faz negócio com base nas notações de *ratings* atribuídas por uma das entidades independentes de referência, sempre que aquelas notações estejam disponíveis nos mercados em que o Grupo EPS desenvolve a sua atividade. O risco de crédito resultante de operações com bancos e instituições financeiras é gerido pela Direção de Finanças Corporativa do Grupo EPS. A Empresa segue as diretrizes do Grupo EPS no que diz respeito às contrapartes.

A tabela seguinte apresenta um resumo, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, da qualidade de crédito dos depósitos, aplicações e outros investimentos financeiros (incluindo, caso existissem, os instrumentos financeiros derivados com avaliação positiva) com referência a notações externas de *rating* de crédito:

	31.12.2022	31.12.2021
Rating		
≥ AA-	348 915	940 111
de A- a A+	102 295	159 955
de BBB- a BBB+	140 557	320 701
de BB- a BB+	525 560	1 603 703
≤ B+	414 716	4 301 257
Sem rating	200 300	216 554
	<u>1 732 342</u>	<u>7 542 280</u>

Os *ratings* apresentados correspondem à classificação atribuída pela Standard & Poor's. Quando estes não se encontram disponíveis são utilizados *ratings* da Moody's ou Fitch.

Clientes

No que diz respeito ao risco de crédito de clientes, a Empresa julga que o risco de uma contraparte não cumprir com as suas obrigações contratuais, podendo gerar um impacto nas suas demonstrações financeiras, é limitado, porque se procura garantir que os clientes detenham perfis de crédito sólidos ou financiamentos adequados, de forma a cumprirem com as suas obrigações. No entanto, a Direção de Finanças Corporativas do Grupo EPS implementou uma estratégia com o objetivo de reduzir a exposição ao risco de crédito, nomeadamente através da utilização de seguros de crédito e operações de *factoring* sem recurso. Estes instrumentos são utilizados para a cobertura de riscos específicos de crédito, em conformidade com a política do Grupo EPS. Adicionalmente, também se procura reduzir o risco de crédito de clientes através da negociação, para alguns dos contratos, de adiantamentos contratuais.

A avaliação da qualidade do risco de crédito é realizada pela Direção de Finanças Corporativas do Grupo EPS, em conformidade com a seguinte metodologia: se os clientes detêm um *rating* de crédito externo independente, essas notações são utilizadas; se o mesmo não existir, a qualidade do risco de crédito é avaliada tendo em conta a sua situação financeira e experiência passada, entre outros fatores. Os limites de risco individuais são determinados de acordo com as diretrizes definidas pelo Conselho de Administração. A aprovação de projetos de risco elevado ou significativo é também uma responsabilidade do Conselho de Administração. A utilização dos limites de crédito é monitorizada regularmente. Ver notas 8 e 9 para divulgações adicionais sobre o risco de crédito.

A tabela seguinte apresenta uma análise da qualidade de crédito dos saldos a receber de clientes não vencidos e de acréscimos de rendimentos relativos a contratos plurianuais:

37

	Notas	31.12.2022	31.12.2021
<i>Cientes</i>			
Novos Clientes		396 530	0
Clientes Institucionais		1 341 855	2 153 400
Outros		9 983 324	8 637 167
	8	11 721 709	10 790 567
<i>Acréscimo de rendimentos - Contratos Plurianuais</i>			
Novos Clientes		18 175	71 882
Clientes Institucionais		7 625 659	5 900 282
Outros		16 913 790	13 063 559
	9	24 557 625	19 035 722
TOTAL		36 279 334	29 826 289

Risco máximo

A tabela seguinte apresenta a exposição máxima ao risco de crédito associado a ativos financeiros detidos pela Empresa:

	Notas	31.12.2022	31.12.2021
Clientes	8	34 069 007	36 240 901
Acréscimo de rendimentos	9	24 557 625	19 035 722
Outros devedores	10	21 969 519	23 165 373
Empréstimos a Entidades Relacionadas	29	62 238 963	79 947 924
Depósitos Bancários	12	1 732 342	7 542 280
		144 567 456	165 932 200

3.1.3 Risco de liquidez

A previsão dos fluxos de caixa é realizada pela Empresa de forma a garantir a manutenção de um nível adequado de disponibilidades para responder às necessidades operacionais, tendo sempre em consideração os impactos de eventuais utilizações adicionais de montantes contratados e não utilizados em facilidades de financiamento, incluindo linhas de crédito e programas de papel comercial (Nota 16), para não serem ultrapassados os limites das facilidades de financiamento ou *covenants* da dívida (quando aplicável). Esta previsão tem em consideração os planos de financiamento de dívida da Empresa, o cumprimento de objetivos internos ao nível dos rácios financeiros e, caso seja aplicável, o cumprimento de requisitos externos regulamentares ou legais – por exemplo, restrições sobre moeda estrangeira, e cumprimento de *covenants* da dívida, nomeadamente: *Cross default*, *Pari Passu*, *Negative Pledges*, rácios sobre a dívida, mudança de acionistas e outros relacionados com as atividades operacionais e com as obrigações legais, fiscais e operacionais da Empresa.

Os excedentes de tesouraria, para além dos necessários à manutenção do equilíbrio na gestão de capital circulante, são administrados tendo em conta as instruções da Direção de Finanças Corporativas do Grupo EPS no que respeita a maturidade, liquidez e contraparte. Os eventuais excedentes de tesouraria detidos pela Empresa são investidos seguindo as diretrizes da Direção de Finanças Corporativas do Grupo EPS, escolhendo instrumentos com maturidades adequadas ou liquidez suficiente e que forneçam margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Em 31 de dezembro de 2022, a Empresa detinha em caixa e depósitos à ordem um montante de cerca de 1.753 mil euros (7.565 mil euros em 2021), que se esperava que gerassem prontamente entradas de capital capazes de facilitar a gestão do risco de liquidez.

A tabela abaixo apresenta os passivos financeiros não-derivados que são liquidados pelo seu valor líquido (a Empresa não tem instrumentos financeiros derivados que não sejam liquidados pelo seu valor líquido) agrupados por maturidades residuais relevantes. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

Os montantes em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da data de reporte. Os pagamentos de juros associados a passivos com taxas de juro variáveis, estão incluídos na tabela, e são calculados utilizando as taxas de juro *spot* disponíveis à data de reporte. Os ativos e passivos que podem ser reembolsados a qualquer momento são sempre alocados ao período temporal mais curto.

Não estão incluídos, em 2022, os empréstimos obtidos de partes relacionadas. Considera-se que, atendendo à relação de Grupo e ao facto de as decisões financeiras serem tomadas ao nível da Efaced Power Solutions, enquanto empresa-mãe, não existe um verdadeiro risco de liquidez para os valores envolvidos nas respetivas rúbricas do balanço.

	Notas	Até 1 ano	2-3 anos	4-5 anos	> 5 anos
31 de Dezembro de 2022					
Empréstimos Bancários		17 826 830	25 107 734	7 167 368	0
Locação operacional		755 528	475 613	8 603	0
Fornecedores	13	43 995 297	0	0	0
Outros passivos		11 079 844	0	0	0
Garantias financeiras	28	26 579 752	0	0	0
		<u>100 237 250</u>	<u>25 583 347</u>	<u>7 175 972</u>	<u>0</u>
31 de Dezembro de 2021					
Empréstimos Bancários		8 858 615	33 446 201	11 880 834	3 131 008
Papel comercial		759 780	0	0	0
Empréstimos de Entidades Relacionadas	29	499 065	0	0	0
Locação operacional		825 364	1 065 845	24 557	0
Fornecedores	13	35 038 386	0	0	0
Outros passivos		16 275 315	0	0	0
Garantias financeiras	28	30 608 155	0	0	0
		<u>92 864 680</u>	<u>34 512 045</u>	<u>11 905 391</u>	<u>3 131 008</u>

3.2 Gestão do risco de capital

A Empresa procura manter um nível de capitais próprios adequado que lhe permita não só assegurar a sua continuidade e desenvolvimento, como também proporcionar uma adequada remuneração para os seus acionistas e a otimização do custo de capital.

A Empresa poderá ajustar o montante dos dividendos a pagar e o retorno de capital dos acionistas ou proceder à emissão de novas ações ou de dívida, de forma a manter ou ajustar a sua estrutura de capital.

De acordo com as práticas de mercado, o equilíbrio da estrutura de capital é monitorizado com base no rácio de alavancagem financeira (*gearing*). O *gearing* é calculado de acordo com o rácio: 'Dívida Líquida/Total de Capital'. A dívida líquida compreende o valor dos empréstimos (incluindo empréstimos bancários e de empresas relacionadas, correntes e não correntes, conforme apresentados na demonstração da posição financeira), deduzido de caixa e equivalentes de caixa, outros investimentos financeiros e empréstimos concedidos correntes. O total de Capital é composto pelo capital próprio, conforme apresentado nas demonstrações financeiras, adicionados da dívida líquida.

O *gearing* em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 apresenta o seguinte cálculo:

	Notas	31.12.2022	31.12.2021
Dívida Financeira	16	46 636 339	54 277 044
Dívida a entidades relacionadas	29	623 804	499 065
		<u>47 260 144</u>	<u>54 776 108</u>
(-) Caixa e seus equivalentes	12	1 752 879	7 565 495
(-) Empréstimos a entidades relacionadas	29	62 238 963	79 947 924
Dívida líquida		<u>(16 731 699)</u>	<u>(32 737 310)</u>
Capital próprio		25 292 673	44 664 519
Total de capital		8 560 975	11 927 209
Gearing (a)		n.a	n.a

(a) Não aplicável pelo facto de a dívida líquida da Empresa ser negativa

Adicionalmente, e de acordo com as facilidades de financiamento contratadas à data de reporte, a Empresa encontra-se sujeita ao cumprimento de *covenants* relacionados com rácios de dívida (ver nota 16).

39

3.3 Estimativa do justo valor

A tabela seguinte apresenta os ativos e passivos financeiros da Empresa mensurados ao justo valor a 31 de dezembro de 2022, de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor previstos na IFRS 7:

- **Nível 1:** o justo valor de instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercados líquidos ativos à data de referência da demonstração da posição financeira. Neste nível incluem-se essencialmente instrumentos de capital e dívida (e.g. NYSE Euronext);
- **Nível 2:** o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação. Os principais *inputs* dos modelos utilizados são observáveis no mercado. Neste nível incluem-se essencialmente os derivados *over-the-counter* contratados pela empresa; e
- **Nível 3:** o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação, cujos principais *inputs* não são observáveis no mercado.

	31 de Dezembro de 2022				31 de Dezembro de 2021			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos								
Ativos tangíveis								
Terrenos a justo valor	0	3 559 330	0	3 559 330	0	3 559 330	0	3 559 330
Passivos								
Derivados								
Negociação	0	0	0	0	0	0	0	0

Para a valorização dos terrenos é utilizado o critério da comparação de mercado, utilizando valores médios de mercado por m².

3.4 Instrumentos financeiros por categoria

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os ativos financeiros classificavam-se nas seguintes categorias:

Ativos	Notas	Ativos financ. ao custo amortizado	Ativos não financeiros	Total
31 de Dezembro de 2022				
Investimentos Financeiros	6	68 484		68 484
Empréstimos a Entidades Relacionadas	29	62 238 963		62 238 963
Clientes	8	34 069 007		34 069 007
Acréscimos de rendimentos	9	24 557 625	632 009	25 189 633
Devedores e gastos a reconhecer	10	21 969 519	3 408 059	25 377 578
Caixa e equivalentes de caixa	12	1 752 879		1 752 879
		144 656 476	4 040 068	148 696 544
31 de Dezembro de 2021				
Investimentos Financeiros	6	63 161		63 161
Empréstimos a Entidades Relacionadas	29	79 947 924		79 947 924
Clientes	8	36 240 901		36 240 901
Acréscimos de rendimentos	9	19 035 722	712 432	19 748 154
Devedores e gastos a reconhecer	10	23 165 373	3 006 834	26 172 207
Caixa e equivalentes de caixa	12	7 565 495		7 565 495
		166 018 576	3 719 266	169 737 842

Quanto aos passivos financeiros, a sua repartição por categorias era a seguinte:

Passivos	Notas	Outros pass. financ. ao custo amortizado	Passivos não financeiros	Total
31 de Dezembro de 2022				
Dividas a instituições Crédito	16	46 636 339		46 636 339
Empréstimos de Entidades Relacionadas	29	623 804		623 804
Passivos de locação	17	1 272 654		1 272 654
Fornecedores	13	43 995 297		43 995 297
Faturas em receção e conferência	14	5 674 901		5 674 901
Credores e Acréscimos de Gastos	15	7 973 027	5 767 491	13 740 518
		<u>106 176 022</u>	<u>5 767 491</u>	<u>111 943 513</u>
31 de Dezembro de 2021				
Dividas a instituições Crédito	16	54 277 044		54 277 044
Empréstimos de Entidades Relacionadas	29	499 065		499 065
Passivos de locação	17	1 942 882		1 942 882
Fornecedores	13	35 038 386		35 038 386
Faturas em receção e conferência	14	11 058 548		11 058 548
Credores e Acréscimos de Gastos	15	7 770 023	4 996 182	12 766 204
		<u>110 585 946</u>	<u>4 996 182</u>	<u>115 582 128</u>

D. Notas às Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro de 2022 e 2021

4. Ativos tangíveis

Movimentos ocorridos no período

Os ativos tangíveis em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e as alterações de valor verificadas em ambos os exercícios foram as seguintes:

	Terrenos e Edifícios	Eq trans e Eq básico	Equipamento Administ	Outros	Total
Exercício de 2021					
Valor Líquido Inicial	9 318 245	154 615	233 898	4 134 967	13 841 726
Diferenças Cambiais	0	87	2 652	21	2 759
Aumento	18 000	4 129	1 381	293 302	316 812
Dotações para depreciação	-703 102	-45 437	-77 562	-976	-827 077
Transferências e Regularizações	68 336	94	125 912	-196 869	-2 528
Valor Líquido Final	8 701 478	113 487	286 282	4 230 445	13 331 692
Exercício de 2022					
Valor Líquido Inicial	8 701 478	113 487	286 282	4 230 445	13 331 692
Diferenças Cambiais	0	-135	5 898	0	5 763
Aumento	0	0	12 379	62 551	74 930
Diminuições	0	0	-1 057	0	-1 057
Dotações para depreciação	-685 772	-43 269	-54 997	-728	-784 766
Transferências e Regularizações	0	496	0	0	496
Valor Líquido Final	8 015 706	70 579	248 505	4 292 268	12 627 058
Detalhe do valor final					
Custo ou Justo Valor	19 226 313	3 233 176	5 716 579	4 317 908	32 493 976
Depreciação Acumulada	-11 210 607	-3 162 597	-5 468 074	-25 639	-19 866 918
Valor Líquido	8 015 706	70 579	248 505	4 292 268	12 627 058

Em 2022 apenas se realizaram alguns investimentos de substituição que assumiram valores imateriais (0,1 milhões de euros). As depreciações são efetuadas de acordo com a Nota 1.2. O valor das depreciações apresentado na demonstração de resultados considera as dotações para depreciação dos ativos, normalmente deduzidas do valor dos subsídios ao investimento reconhecidos no período.

Reavaliações

Os edifícios e restantes ativos tangíveis da empresa foram revalorizados em 1 de janeiro de 2004 utilizando os coeficientes de desvalorização monetária no âmbito do processo de transição para IFRS, estando totalmente reintegrados.

Os terrenos incluídos nos ativos da empresa são apresentados ao justo valor. O valor dos terrenos tem sido objeto de atualização, de acordo com as normas, com base em avaliações trienais efetuadas por peritos independentes. A última avaliação foi realizada em 2019, tendo resultado uma desvalorização de 187,3 mil euros e constituída a imparidade com contrapartida em diminuição de reservas nos capitais próprios (Nota 21.3).

Garantias

Não existem ativos dados em garantia.

5. Ativos intangíveis

Os movimentos nos ativos intangíveis e respetivas amortizações foram os seguintes:

	I&D	Outros	Total
Exercício de 2021			
Valor Líquido Inicial	2 481 399	14 448	2 495 847
Aumentos	815 652	0	815 652
Dotações para amortização	-738 617	-13 267	-751 883
Valor Líquido Final	2 558 434	1 181	2 559 615
Exercício de 2022			
Valor Líquido Inicial	2 558 434	1 181	2 559 615
Aumentos	365 491	0	365 491
Dotações para amortização	-864 096	-1 181	-865 277
Valor Líquido Final	2 059 829	0	2 059 829
Detalhe do valor final			
Custo ou Justo Valor	10 384 539	3 287 915	13 672 454
Amortização Acumulada	-8 324 710	-3 287 915	-11 612 625
Valor Líquido	2 059 829	0	2 059 829

O investimento em ativos intangíveis está associado a projetos de investigação e desenvolvimento (I&D). Em 2022 ascendeu a 365 mil euros, que comparam com 816 mil euros em 2021.

O valor em I&D refere-se à capitalização de despesas em projetos na Unidade de Negócio de Transportes, que constituíram gastos incorridos no exercício de 2022. O reconhecimento do ativo intangível obedeceu aos critérios definidos na IAS38, nomeadamente quanto à capacidade técnica da empresa para a conclusão do projeto e a sua inclusão no portfolio de produtos. Foi possível demonstrar a existência de mercado e o potencial para gerar benefícios futuros decorrentes da inclusão do ativo nas soluções oferecidas aos clientes.

Amortizações

O valor das amortizações apresentado na Demonstração dos Resultados considera as dotações para amortização dos ativos, deduzidas do valor dos subsídios ao investimento reconhecidos no período. No período em análise, a dedução por via do reconhecimento de subsídios nos ativos intangíveis ascendeu a 385.247 euros (346.545 euros em 2021).

6. Ativos sob direito de uso

Na presente nota detalha-se o valor da rubrica "Ativos sob direito de uso". O quadro reporta os valores dos contratos de locação operacional - contratos de aluguer ou arrendamento celebrados com terceiros, com ou sem inclusão de uma componente de serviço, reclassificados de acordo com os requisitos da IFRS16.

2022	Edifícios	Equipamento transporte	Equipamento administ.	Total
Contratos reclassificados por aplicação da IFRS.16				
Ativos em 31.12.2021	1 461 831	318 488	53 983	1 834 302
Aumentos	0	180 764	0	180 764
Depreciações	-598 177	-223 055	-20 897	-842 128
Valor líquido final	863 654	276 197	33 086	1 172 938

A responsabilidade relativa a estes contratos encontra-se refletida na rubrica de Passivo de locação (Nota 17), e encontra-se repartida pelo passivo corrente e não-corrente, consoante as datas de vencimento das prestações se situem, respetivamente, a menos de um ano ou mais de um ano.

As locações operacionais que não preenchem os requisitos previstos na IFRS.16, caso das locações de curto prazo e de baixo valor, não integram o ativo, estando o respetivo gasto incluído na demonstração de resultados, na rubrica "Fornecimentos e serviços externos".

7. Investimentos Financeiros

Investimentos em empresas do grupo e associadas

Esta rubrica inclui o valor das participações financeiras, prestações suplementares e empréstimos concedidos às participadas, líquido de imparidades. Inclui ainda as dotações para o Fundo de Compensação do Trabalho, de acordo com a legislação em vigor. O detalhe dos investimentos financeiros é o que consta do quadro seguinte:

	31.12.2022				31.12.2021			
	Particip.	% Part	Capital Próprio	Resultado Líquido	Particip.	% Part	Capital Próprio	Resultado Líquido
Participações Financeiras								
XELA, AB	3 741	66,67	13 453	8 415	3 741	66,67	3 902	0
Efacec Engenharia e Sistemas (Chile) SpA	1 083	100,00	-276 145	-279 399	1 083	100,00	2 391	1 769
UTE Efacec Moneleg	3 345	66,90	4 571	725	3 345	66,90	5 997	1 247
	<u>8 169</u>				<u>8 169</u>			
Outros investimentos financeiros								
Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)	68 484				63 161			
	<u>68 484</u>				<u>63 161</u>			
Investimento total líquido	76 652				71 330			

As três sociedades participadas estão associadas a projetos específicos das unidades de negócio de Transportes e de Energia e foram constituídas para dar suporte formal a esses projetos nos países em que se desenvolvem, nalguns casos com a Efacec a associar-se a parceiros locais.

8. Clientes

O detalhe da rubrica a 31 de dezembro de 2022 e 2021 é o que adiante se evidencia:

	Notas	31.12.2022	31.12.2021
Clientes - Conta corrente		39 197 167	41 293 537
Clientes - Partes Relacionadas	29.2	3 720 676	4 185 139
Clientes de Cobrança Duvidosa		9 957 995	9 880 053
		<u>52 875 838</u>	<u>55 358 729</u>
Perdas por Imparidade das contas Clientes		-18 806 831	-19 117 828
Total		<u>34 069 007</u>	<u>36 240 901</u>
* Não Corrente		0	0
* Corrente		34 069 007	36 240 901

O elevado número de clientes do Grupo Efacec, a sua dispersão geográfica e a abrangência a diferentes segmentos de mercado, permite garantir uma adequada dispersão do risco de crédito.

Em 31 de Dezembro de 2022, o saldo líquido de clientes revela um decréscimo de 6% relativamente ao final de 2021, mantendo a tendência decrescente dos últimos anos, quer por efeito de um continuado esforço de cobrança, quer pela redução conjuntural do volume de negócios e, consequentemente, da faturação a clientes.

O valor dos clientes de cobrança duvidosa inclui uma dívida no valor de 6,3 milhões de euros do cliente CPTM, do Brasil, com o qual a Efacec mantém uma disputa contratual, conforme descrito na Nota 27, tendo sido constituída em 2017 uma imparidade total sobre a referida dívida. No âmbito do *Share Purchase Agreement* entre a Winterfell 2 e a MGI Capital, a Empresa tem o direito de redebitar os gastos associados a este projeto à MGI Capital.

Antiguidade de Clientes – IFRS 7

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os valores a receber de clientes apresentavam a seguinte estrutura de antiguidade, tendo em conta as datas de vencimento dos saldos em aberto:

	Notas	31.12.2022	31.12.2021
Saldos não vencidos	3.1.2	11 721 709	10 790 567
Até 90 dias		379 689	9 909 822
De 90 a 360 dias		3 122 175	4 494 310
Mais de 360 dias		37 652 266	30 164 031
Saldos vencidos		41 154 129	44 568 163
		52 875 838	55 358 729
Imparidade		-18 806 831	-19 117 828
		34 069 007	36 240 901

Imparidade

Nesta rubrica são reconhecidas perdas de imparidade esperadas para contas a receber, as quais são estimadas utilizando uma matriz de incobrabilidade baseada no histórico creditício dos devedores da Efacec Engenharia, ajustada por fatores específicos atribuíveis aos devedores, bem como pelas condições macroeconómicas que se estimam para o futuro. São igualmente registados ajustamentos às contas a receber por perdas por imparidade incorridas quando existem indicadores de que a Empresa pode vir a não receber integralmente os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Os ajustamentos são apurados considerando a antiguidade das contas a receber, o perfil de risco do devedor, bem como a sua situação económico-financeira.

Em 31 de dezembro de 2022, os créditos já vencidos totalizavam 41.154 mil euros (44.568 mil euros em 2021). O valor desses créditos, líquidos de imparidade, é o seguinte:

Saldos vencidos	31.12.2022			31.12.2021		
	Saldos vencidos	Imparidade	Valor líquido	Saldos vencidos	Imparidade	Valor líquido
Até 90 dias	379 689	0	379 689	9 909 822	0	9 909 822
De 90 a 360 dias	3 122 175	0	3 122 175	4 494 310	0	4 494 310
Mais de 360 dias	37 652 266	-18 806 831	18 845 434	30 164 031	-19 117 828	11 046 203
	41 154 129	-18 806 831	22 347 298	44 568 163	-19 117 828	25 450 335

A Empresa entende que as perdas por imparidade estimadas em contas a receber se encontram adequadamente relevadas nas demonstrações financeiras e traduzem o risco real de perda.

Denominação

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, os valores a receber de clientes estavam denominados nas seguintes divisas:

	31.12.2022	31.12.2021
Euro	30 383 487	33 690 339
Dólar americano	17 113 701	15 558 809
Real brasileiro	3 268 688	3 268 688
Coroa dinamarquesa	399 385	153 472
Dirham de Marrocos	348 358	477 834
Rupia indiana	277 258	284 444
Dram da Arménia	265 767	187 912
Dinar da Tunísia	136 983	322 466
Dinar da Argélia	107 911	413 468
Coroa da Noruega	6 673	259 758
Coroa sueca	-9 702	242 447
Outras	577 329	499 093
	52 875 838	55 358 729

Factoring

Em 2022 o valor dos contratos de factoring sem recurso conheceu uma redução substancial devido ao vencimento de algumas linhas que a Empresa mantinha com instituições financeiras especializadas. À data do balanço, o valor dos contratos ascendia a 80 mil euros (em 2021, o valor era de 730 mil euros).

O valor indicado refere-se, na totalidade, a saldos de clientes transferidos para a contraparte e desreconhecidos do balanço.

	31.12.2022	31.12.2021
Ativos transferidos e desreconhecidos da demonstração da posição financeira		
Valor dos ativos	80 254	730 312
Valor transferido	-80 254	-730 312
	0	0

Os ativos transferidos referem-se, na totalidade, a saldos de clientes.

9. Acréscimo de rendimentos

Os montantes de Acréscimos de Rendimentos incluídos nesta rubrica referem-se essencialmente ao reconhecimento dos rendimentos associados a projetos e obras em curso, cujo grau de acabamento é superior ao grau de faturação (Notas 1.14 e 31). Os acréscimos de rendimentos de ativos não financeiros referem-se a reconhecimentos de rendimentos na Demonstração de Resultados que respeitam o princípio da especialização de exercícios, mas não estão relacionados com contratos plurianuais.

	Notas	31.12.2022	31.12.2021
Contratos plurianuais	31	24 557 625	19 035 722
Ativos não financeiros		632 009	712 432
		25 189 633	19 748 154

Denominação

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, os acréscimos de rendimentos referentes a contratos plurianuais estavam denominados nas seguintes divisas:

	31.12.2022	31.12.2021
Euro	19 084 985	14 951 450
Dólar americano	2 466 472	2 252 207
Franco CFA	582 101	316 341
Rupia indiana	293 950	307 706
Coroa dinamarquesa	1 136 205	51 530
Dinar da Argélia	0	0
Dinar da Tunísia	791 985	785 702
Lari da Geórgia	0	253 167
Outras	201 927	117 618
	24 557 625	19 035 722

10. Devedores e Gastos a reconhecer

O detalhe desta rubrica a 31 de dezembro de 2022 e 2021 é o seguinte:

	Notas	31.12.2022	31.12.2021
Adiantamentos a fornecedores		2 558 382	942 027
Cauções		6 382 261	5 264 081
Contas a receber de Outros Devedores		6 991 960	4 698 155
- Perdas por Imparidade		-3 766 569	-2 019 761
Contas a receber de Outros Devedores - líquido		12 166 035	8 884 503
Contas a receber de Partes Relacionadas	29.2	9 803 484	14 280 870
Outros Devedores - Ativos Financeiros		21 969 519	23 165 373
Outros Devedores - Ativos não financeiros		95 446	157 364
Estado e Outros Entes Públicos		3 056 282	2 651 578
Gastos a reconhecer		256 331	197 892
Total		25 377 578	26 172 207
* Devedores e Gastos a reconhecer Não Corrente		8 044 075	7 461 920
* Devedores e Gastos a reconhecer Corrente		17 333 503	18 710 287

Devido aos condicionamentos da Empresa no acesso a linhas de *trade finance*, que prevaleceram nos últimos três anos, a Empresa recorreu a depósitos-caução a favor do cliente ou à emissão de colaterais para desbloquear algumas situações mais críticas, mas que configuram uma importante mobilização de fundos. Estes instrumentos são registados em contas de Devedores, no ativo corrente ou não corrente de acordo com o prazo estimado da garantia prestada. A rubrica Cauções atingia o valor de 6,4 milhões de euros no final do ano 2022.

Os valores inscritos como não correntes são:

- (i) depósitos-caução e colaterais de garantias bancárias (cf. parágrafo anterior) no valor de 4,7 milhões de euros;
- (ii) débito à Efacec Power Solutions para transferência das perdas registadas pela empresa em matéria de impostos, em consequência do processo fiscal do ACE Ensul Meci, no valor de 3.331.695 euros. Este agrupamento, em que a Empresa participa, foi sujeito a uma inspeção fiscal que incidiu sobre os exercícios de 2013 e 2014, e de que resultou uma liquidação adicional de IRC e a desconsideração de créditos fiscais disponíveis na Efacec Engenharia e Sistemas e noutras empresas do Grupo Efacec. Em conformidade com o estipulado contratualmente (*Transition Agreement*), as perdas registadas pelo ACE Ensul Meci ou registadas por outras empresas do Grupo Efacec, mas em consequência da atividade do ACE, devem ser debitadas à MGI Capital. Deste modo, a Efacec Engenharia e Sistemas transmitiu o valor da sua perda fiscal à Efacec Power Solutions, que, consecutivamente, a debitou à MGI Capital.

As rubricas incluídas nos saldos ativos com o Estado e Outros Entes Públicos tinham em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a seguinte decomposição:

	31.12.2022	31.12.2021
Imposto sobre o Rendimento	-382 291	-118 517
Imposto sobre o Valor Acrescentado - A recuperar	3 660 894	2 946 488
Restantes impostos	-222 321	-176 392
	3 056 282	2 651 578

Os créditos de IVA sobre o Estado têm caráter recorrente e relacionam-se principalmente com atividades da empresa em que existe inversão do sujeito passivo, e são regularmente sujeitos a processos de recuperação.

11. Existências

Esta rubrica decompõe-se na seguinte forma:

	Notas	31.12.2022	31.12.2021
Matérias-primas		786 517	871 143
Mercadorias		1 066	1 066
Produtos e trabalhos em curso - contratos plurianuais	31	2 283 111	2 144 561
Produtos em curso de fabrico		1 227 700	1 926 343
		<u>4 298 393</u>	<u>4 943 113</u>

12. Meios monetários

Caixa e equivalentes de caixa	Notas	31.12.2022	31.12.2021
Caixa		20 537	23 215
Depósitos à Ordem		1 732 342	7 542 280
	3.1.2	<u>1 752 879</u>	<u>7 565 495</u>

Os valores constantes das rubricas Caixa e equivalentes, no final de 2022 e 2021, eram denominados nas divisas seguintes:

		31.12.2022	31.12.2021
Euro	União Europeia	379 446	5 060 081
Coroa	Noruega	197 202	778 312
Dram	Arménia	182 794	239 541
Rupias	Índia	180 743	192 339
Dinar	Argélia	150 717	153 041
Franco CFA	CFA Ocidental	133 832	99 364
Dirham	Marrocos	113 298	390 763
Coroa	Dinamarca	88 458	160 000
Dinar	Tunísia	34 505	252 470
Outras		291 885	239 583
		<u>1 752 879</u>	<u>7 565 495</u>

13. Fornecedores

A decomposição desta rubrica em 31 de dezembro de 2022 e 2021 era a seguinte:

	Notas	31.12.2022	31.12.2021
Fornecedores, C/C		30 336 296	26 911 001
Fornecedores - Partes Relacionadas	29.2	13 659 139	8 127 524
		<u>43 995 435</u>	<u>35 038 525</u>
Fornecedores de Investimentos		-139	-139
Total		<u>43 995 297</u>	<u>35 038 386</u>
* Não corrente		0	0
* Corrente		43 995 297	35 038 386

A Efacec Engenharia mantém protocolos de colaboração com entidades financeiras com o objetivo de permitir aos fornecedores o acesso a uma ferramenta vantajosa de gestão do seu fundo de maneiio, mediante a confirmação pela Efacec da validade dos créditos que os fornecedores detêm sobre esta. No âmbito destes protocolos, alguns fornecedores celebraram livremente acordos com essas instituições financeiras que lhes podem permitir a antecipação do recebimento desses créditos. A empresa não altera a natureza contabilística dos créditos até à data do seu vencimento normal nos termos do contrato de fornecimento celebrado entre a empresa e o fornecedor sempre que (i) o prazo de vencimento corresponda a um prazo praticado pela indústria em que a empresa se insere e (ii) a empresa não suporte um encargo a operação de antecipação de pagamento face à alternativa de pagamento no vencimento normal.

As dívidas correntes aos Fornecedores, quer de matérias-primas, subcontratação ou outros serviços, quer de investimentos, apresentavam, tendo em conta as datas de vencimento dos saldos em aberto, a seguinte estrutura de maturidade:

	31.12.2022	31.12.2021
Fornecedores gerais		
Contas a pagar a fornecedores		
A liquidar até 90 dias	43 901 405	34 529 982
A liquidar a mais de 90 dias	94 031	508 543
Saldo de Fornecedores	43 995 435	35 038 525
Fornecedores de Investimentos		
Contas a pagar a fornecedores de Investimentos		
A liquidar até 90 dias	-139	-139
Saldo de Fornecedores de Investimentos	-139	-139

A dívida a fornecedores em 31 de dezembro de 2022 e 2021 denominava-se nas seguintes moedas:

	31.12.2022	31.12.2021
Euro	35 482 994	29 338 187
Dólar americano	6 774 757	3 804 159
Coroa norueguesa	554 812	210 141
Dinar tunisiano	458 563	375 128
Rupia Indiana	427 074	457 996
Coroa dinamarquesa	163 656	321 447
Outras	133 441	531 328
	43 995 297	35 038 386

14. Faturas em receção e conferência

A rubrica de Faturas em receção e conferência contém o conjunto das faturas pendentes de aprovação. Inclui as situações resultantes de (a) ordens de compra lançadas pela Empresa que já foram rececionadas, isto é, que já deram origem ao registo do gasto, mas cujas faturas ainda não foram registadas em conta corrente, deduzidas de (b) faturas que já deram entrada e que foram objeto de registo, mas que ainda não foram rececionadas afetando a conta de resultados.

Em 31 de dezembro de 2022, esta rubrica apresentava um saldo de cerca de 5,7 milhões de euros, o que representou uma diminuição de 49% face ao ano anterior.

15. Credores e Acréscimos de Gastos

Não se registaram variações significativas nas contas de Outros Credores salvo na rubrica do Estado e Entes públicos, por via das contas de IVA a pagar.

O detalhe da rubrica Credores e acréscimo de gastos a 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é o seguinte:

	Notas	31.12.2022	31.12.2021
Adiantamentos de clientes		753 970	744 663
Outros Credores - diversos		29 409	64 691
Outros Credores - Partes Relacionadas	29.2	1 814 114	1 808 592
Outros Credores - Passivos Financeiros		2 597 493	2 617 946
Outros Credores Diversos - Passivos não financeiros	(a)	186 927	245 044
Estado e Outros Entes Públicos	(a)	3 334 596	2 472 561
Acréscimos de gastos		7 621 502	7 430 653
Acréscimos de gastos - Gastos com projetos em curso		3 688 963	2 628 691
Acréscimos de gastos - Remunerações a Liquidar	(a)	2 229 001	2 264 573
Acréscimos de gastos - Juros a Liquidar		399 202	381 863
Acréscimos de gastos - rescisões negociadas	(a)	16 968	14 005
Acréscimos de gastos - Outros		1 287 369	2 141 522
Total		13 740 518	12 766 204
* Outros Credores Não Corrente		1 083	1 083
* Outros Credores Corrente		13 739 435	12 765 121

(a) Estas rubricas são consideradas pela IFRS 7 como passivos não financeiros (Nota 3.4)

O saldo da rubrica de Estado e outros entes públicos decompõe-se nas seguintes rubricas:

	31.12.2022	31.12.2021
Imposto sobre o Valor Acrescentado - A pagar	2 217 924	1 340 217
Contribuições para a Segurança Social	600 884	674 864
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	515 788	457 481
	3 334 596	2 472 561

16. Empréstimos obtidos

Nesta Nota divulga-se a composição, características e condições da dívida bancária registada nas demonstrações financeiras da Empresa em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Nestas datas, a repartição da dívida por instrumento de crédito era a seguinte:

	31.12.2022	31.12.2021
Não Corrente		
Conta Corrente	0	1 563 774
Empréstimos Bancários	30 579 454	44 825 574
Custo amortizado	-5 967	-72 674
	30 573 487	46 316 675
Corrente		
Conta Corrente	1 563 774	0
Empréstimos Bancários	14 246 120	6 639 890
Papel Comercial	0	750 000
Confirming	327 512	753 235
Custo amortizado	-74 554	-182 756
	16 062 853	7 960 369
Total Empréstimos	46 636 339	54 277 044

Empréstimos bancários e Contas Correntes

A Empresa mantém o empréstimo sindicado contraído conjuntamente com a Efacec Energia em fevereiro de 2014, e com condições renegociadas em outubro de 2015, com a entrada do novo acionista maioritário no capital da holding do Grupo EPS.

Em agosto de 2020 foi celebrado novo empréstimo sindicado contraído conjuntamente com a Efacec Energia cuja utilização por parte da Efacec Engenharia ascendeu a 20 milhões de euros.

Em dezembro de 2021, foi celebrado novo empréstimo sindicado no valor de 13,5 milhões de euros. Também neste caso, o financiamento foi contraído conjuntamente com a Efacec Energia, com um valor global de 45 milhões de euros.

Além destes contratos, existem outras linhas de crédito, contratadas pela Empresa, e cuja utilização no final de 2022 era de 4,9 milhões de euros.

Denominação dos empréstimos

Em 31 de dezembro de 2022 a dívida financeira contraída pela Empresa está integralmente denominada em Euros.

Maturidade da dívida

A Efacec aderiu a moratórias legais com o objetivo de alongar a maturidade de alguns dos seus financiamentos, nomeadamente do empréstimo sindicado contratado em 2014, cujo reembolso se modificou para janeiro de 2023 e janeiro de 2024. Esta modificação de prazos de reembolso de alguns empréstimos resultou num quadro de amortização de dívida mais favorável, reduzindo a premência da necessidade de refinanciamento e permitindo maior estabilidade às operações.

As dívidas a instituições de crédito estão registadas em corrente e não corrente, de acordo com as condições dos contratos em vigor em 31 de dezembro de 2021, e em ordem ao disposto na IAS 1.

A maturidade da dívida bancária no final de 2022 e 2021 era a seguinte:

Em 31 de Dezembro de 2022	Até 1 ano	2-3 anos	4-5 anos	Total
Conta Corrente	1 563 774	0	0	1 563 774
Empréstimos bancários	14 246 120	23 679 454	6 900 000	44 825 574
Confirming	327 512	0	0	327 512
Custo amortizado	-74 554	-5 967	0	-80 521
Total empréstimos	16 062 852	23 673 487	6 900 000	46 636 339

Taxas de juro efetivas

As taxas de juro efetivas por instrumento de dívida eram, no final de 2022 e 2021, as seguintes:

		31.12.2022	31.12.2021
Conta Corrente	EUR	4,17%	3,78%
Empréstimos bancários	USD	--	3,19%
Empréstimos bancários	EUR	4,39%	2,97%
Papel Comercial	EUR	0,00%	2,61%
Confirming	EUR	5,76%	2,34%

O justo valor das Dívidas a Instituições de Crédito é próximo do valor registado na Demonstração da posição financeira em virtude de a taxa de juro contratada ser idêntica à do mercado.

Linhas de crédito não utilizadas

Em 31 de dezembro de 2022, a Efacec Engenharia tinha as linhas de crédito contratadas com as Instituições financeiras totalmente utilizadas.

Garantias

No empréstimo sindicado de 2014, contraído conjuntamente pela Empresa e pela Efacec Energia, cada uma das empresas subscreveu uma livrança:

- (i) avalizada pela Efacec Power Solutions, pela Efacec Electric Mobility e pela outra mutuária;
- (ii) avalizada pela Efacec Electric Mobility para titular e avalizar as obrigações da Efacec Power Solutions enquanto avalista da livrança referida em (i)

Nos empréstimos contratados em agosto de 2020 e dezembro de 2021, ambos contraídos pela Empresa conjuntamente com a Efacec Energia, cada uma destas empresas subscreveu uma livrança avalizada pela outra mutuária, pela Efacec Power Solutions e pela Efacec Electric Mobility.

Covenants

O empréstimo sindicado de 2014 contém cláusulas que definem a observância de um rácio de endividamento, definido como Dívida Líquida/EBITDA, cujo valor máximo deve ser de 2,75. Este rácio contratual é observável nas contas consolidadas da Efacec Power Solutions, com uma periodicidade anual.

O empréstimo sindicado de 2020 prevê a observância de um rácio de endividamento, definido como Dívida Financeira Líquida/EBITDA, com valor máximo de 4,5.

De modo similar, o empréstimo contratado em dezembro de 2021 prevê a observância de um rácio de endividamento, definido como Dívida Financeira Líquida/EBITDA, cujo valor máximo deve ser de 4,5.

A evolução registada na atividade da empresa nos três últimos exercícios incapacitou a empresa de cumprir os rácios de DFL/EBITDA que constam dos contratos de financiamento supracitados. A impossibilidade de obtenção de apoio à atividade da empresa, nomeadamente no que se refere a instrumentos de *trade finance*, tem impedido a obtenção de encomendas e a execução e entrega de projetos, com a consequente geração de resultados económicos e a obtenção de *cash flows* positivos, que seriam expectáveis num quadro normal de funcionamento. Neste sentido, o Grupo Efacec vem solicitando às entidades financiadoras a concessão de *waivers* ao cumprimento dos rácios contratuais.

Até ao presente, não ocorreu qualquer declaração de vencimento antecipado dos financiamentos em curso, aguardando-se a próxima conclusão do segundo processo de reprivatização, que permitirá às entidades envolvidas inteirar-se da nova estrutura do Grupo EPS e do seu plano estratégico, esperando-se que esse seja o início de um novo ciclo, pautado pela normalização das condições de financiamento e de gestão de tesouraria, imprescindíveis à retoma da atividade produtiva.

Conciliação da variação da dívida com os fluxos de caixa de financiamento

O quadro seguinte concilia a dívida financeira com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento, no exercício de 2022, de acordo com a IAS7.

Fluxos de Financiamento 2022	31.12.2021	Fluxos de caixa	Non-cash				31.12.2022
			Aquisições	Diferenças cambiais	Comp. oper. correntes	Variações pelo custo amortiz.	
Empréstimos não correntes	51 500 008	-4 934 999	0	-256 181		74 554	46 383 381
Empréstimos correntes	2 777 036	-2 632 280	0	0		108 202	252 958
Total fluxos de financiamento - Instituições de Crédito	54 277 044	-7 567 279	0	-256 181	0	182 756	46 636 339
Emprést. obtidos (+)/conced.(-) a entidades relacionadas	-79 448 859	20 347 704		17 929	-2 531 932		-61 615 158
Prestações acessórias	44 500 000						44 500 000
Locações operacionais	1 942 881	-850 991	180 764	0			1 272 654
Juros da dívida e gastos similares		-1 736 985					
Total outros fluxos de financiamento		17 759 728					
Total fluxos de caixa de financiamento		10 192 449					

A informação referente a 2021 é referida no quadro seguinte:

Fluxos de Financiamento 2021	31.12.2020	Fluxos de caixa	Non-cash				31.12.2021
			Aquisições	Diferenças cambiais	Variações pelo custo amortiz.		
Empréstimos não correntes	38 423 125	13 138 681	0	-230 906		169 107	51 500 008
Empréstimos correntes	3 275 274	-573 331	0	0		75 093	2 777 036
Total fluxos de financiamento - Instituições de Crédito	41 698 400	12 565 350	0	-230 906	244 200		54 277 044
Emprést. obtidos (+)/conced.(-) a entidades relacionadas	-60 829 302	-18 650 752			31 195		-79 448 859
Prestações acessórias	32 500 000	12 000 000					44 500 000
Locações operacionais	2 628 128	-827 350	142 103	0			1 942 881
Juros da dívida e gastos similares		-1 121 847					
Total outros fluxos de financiamento		-8 599 948					
Total fluxos de caixa de financiamento		3 965 402					

17. Passivo de locação

Esta rubrica regista a responsabilidade pelo pagamento de rendas futuras relativas aos contratos de locação, qualquer que seja a sua natureza.

Passivos de locação	31.12.2022	31.12.2021
Contratos reclassificados por aplicação da IFRS.16		
Valor líquido inicial	1 942 882	2 628 128
Aumentos	180 764	142 103
Rendas pagas	-850 991	-827 350
Valor líquido final	1 272 654	1 942 882
Não corrente	498 106	1 120 102
Corrente	774 548	822 779

18. Impostos diferidos

Os ativos e passivos por impostos diferidos são compensados se a Empresa tiver um direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes com passivos por impostos correntes e quando os impostos diferidos se referem à mesma autoridade fiscal. Os valores à data das demonstrações da posição financeira eram os seguintes:

	31.12.2022	31.12.2021
Ativos por impostos diferidos:		
Recuperáveis a mais de 12 meses	16 573 810	11 500 939
Passivos por impostos diferidos:		
Recuperáveis a mais de 12 meses	272 092	272 092

18.1 Ativos por impostos diferidos

O valor da rubrica de Ativos por impostos diferidos tem a seguinte repartição:

	Perdas Imparidade Client/Out.Dev	Prejuízos fiscais	Benefícios Fiscais a reportar	Outros Riscos e Encargos	Total
Em 1 de Janeiro de 2021	110 958	3 454 098	1 046 271	2 640 033	7 251 360
Imputado a Resultados	0	2 966 612	503 641	779 327	4 249 579
Imputado a Capital Próprio	0	0	0	0	0
Outras Variações	0	0	0	0	0
31 de Dezembro de 2021	110 958	6 420 710	1 549 911	3 419 359	11 500 939
Imputado a Resultados	87 374	2 426 411	132 473	2 426 612	5 072 871
Imputado a Capital Próprio	0	0	0	0	0
Outras Variações	0	0	0	0	0
Em 31 de Dezembro de 2022	198 333	8 847 121	1 682 384	5 845 972	16 573 810

Em 2022, verificou-se um aumento de 5,1 milhões de euros no valor dos ativos por imposto diferido. Este aumento resulta principalmente do efeito dos prejuízos fiscais apurados com referência aos resultados de 2022, os quais têm um efeito de imposto estimado de cerca de 2,4 milhões de euros. Destaca-se ainda o aumento de 2,4 milhões de euros no valor dos impostos diferidos relativo ao reforço de provisões para riscos e encargos diversos, líquido de utilizações.

Os ativos por impostos diferidos relativos a benefícios fiscais são relativos a investimentos em investigação e desenvolvimento (SIFIDE), e ascendiam, no final do exercício de 2022, a cerca de 1,7 milhões de euros.

A Lei do Orçamento do Estado para 2023 veio introduzir uma importante alteração em matéria de prejuízos fiscais. De acordo com a lei, a partir de 2023 cessam todos os períodos de caducidade antes estabelecidos para a recuperação dos prejuízos em exercícios futuros. Deste modo, os prejuízos fiscais reportados à data de entrada em vigor da lei poderão ser utilizados nos períodos fiscais futuros sem limite temporal até ao seu consumo total. Por outro lado, a mesma lei veio reduzir o limite anual de utilização dos prejuízos de 70 para 65% do resultado fiscal apurado, cujo efeito é o alongamento do período

de utilização do valor acumulado dos prejuízos fiscais existentes. Esta nova disposição legal agora em vigor aplica-se às empresas do Grupo Efacec sediadas em Portugal e que estão enquadradas no Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS), do qual a Efacec Engenharia é parte integrante, e tem um impacto muito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas de 2022.

Recuperabilidade dos ativos por imposto diferido

A empresa regista ativos por impostos diferidos sobre prejuízos fiscais na medida em que seja provável a realização do respetivo benefício fiscal, através da existência de lucros tributáveis futuros.

A recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos relativos aos prejuízos fiscais e aos benefícios fiscais a reportar foi testada mediante projeções de atividade da empresa, bem como das restantes sociedades que integram o RETGS do Grupo Efacec, com os pressupostos seguintes:

Pressupostos	31.12.2022	31.12.2021
Taxa crescimento das receitas (CAGR)	20,1%	15,3%
Margem EBITDA média	10,0%	8,2%
Taxa de imposto	21,0%	21,0%
Taxa crescimento perpétua	2,2%	2,2%

A Efacec Engenharia e Sistemas não registou em 2022 qualquer imparidade nas suas contas.

18.2 Passivos por impostos diferidos

Atualmente os impostos diferidos passivos, no valor de 272 mil euros, referem-se na sua totalidade à revalorização de terrenos, uma vez que a empresa reverteu, em exercícios anteriores, o remanescente de impostos diferidos passivos associados à revalorização dos restantes ativos tangíveis.

A Empresa avalia os terrenos com periodicidade de 3 a 5 anos, daí resultando o registo de passivos por imposto diferido.

19. Provisões

As Provisões para riscos diversos tiveram a seguinte evolução nos exercícios de 2022 e 2021:

	Outros riscos e encargos
Em 1 de Janeiro de 2021	12 564 384
Imputado a resultados:	
provisões adicionais	6 828 885
reversão/utilização de provisões	-3 302 680
Diferenças de conversão	5 217
Em 31 de Dezembro de 2021	16 095 806
Imputado a resultados:	
provisões adicionais	16 379 487
reversão/utilização de provisões	-6 350 040
Diferenças de conversão	6 232
Em 31 de Dezembro de 2022	26 131 484

A rubrica 'Provisões para riscos e encargos' inclui essencialmente provisões para desvios negativos em obras em curso, reparações ao abrigo de garantia, assistência pós-venda e penalidades contratuais. Estas situações referem-se a problemas em discussão com os clientes, relacionados com a imputação de responsabilidades, e são objeto de análise continuada por parte da Empresa. A provisão é constituída ou reforçada quando existe uma probabilidade razoável de desfecho desfavorável para a Empresa, apresentando de forma mais apropriada as responsabilidades potenciais futuras da Empresa. Por outro lado, as reversões de provisões correspondem à sua utilização à medida que os respetivos gastos são reconhecidos, ou a anulação se os riscos previamente cobertos deixaram de existir.

Em 2022, a variação líquida das provisões para outros riscos e encargos foi de 10 milhões de euros. Foram constituídas provisões para projetos em curso no montante de 16,4 milhões de euros e revertidas provisões no valor de 6,4 milhões de euros.

Não existe nenhum passivo contingente de carácter ambiental. Não foram identificados riscos que resultem na necessidade de constituição de provisões. O valor inscrito em outras variações corresponde essencialmente à descontinuação da Ambiente.

20. Rendimentos a reconhecer

	Notas	31.12.2022	31.12.2021
Facturação a reconhecer		21 059 580	26 145 509
<i>Relativas a contratos plurianuais</i>	31	21 029 548	26 119 947
<i>Outras actividades</i>		30 032	25 562
Subsídios ao Investimento		732 660	1 117 908
Outros		8 237	37 735
		<u>21 797 003</u>	<u>27 301 152</u>

A rubrica “Subsídios ao investimento” contém valores recebidos de entidades públicas a título de incentivo à realização de investimentos. Estes valores são registados nesta rubrica e reconhecidos como ganhos nos anos subsequentes, de acordo com a vida útil dos ativos que financiaram.

Os planos de faturação acordados com os clientes não respeitam estritamente os graus de acabamento que acabam por ser reconhecidos nas obras. A rubrica de “Facturação a reconhecer” inclui assim as faturas emitidas, mas ainda não reconhecidas em termos de grau de acabamento das respetivas obras (Nota 1.14 e 31).

21. Capital Próprio

21.1 Capital social

O capital social é de 11.250.000 euros, totalmente subscrito e realizado, e titulado por 2.250.000 ações ordinárias, com valor nominal de 5 euros por ação.

21.2 Prestações Acessórias

Além do capital social, a Empresa dispõe de prestações acessórias de capital para reforço de capitais próprios da Empresa. Em 31 de dezembro de 2022 o valor ascendia a 44.500.000 euros. Estas prestações acessórias seguem o regime jurídico das prestações suplementares.

21.3 Reservas e resultados acumulados

A rubrica inclui o resultado do exercício e os resultados acumulados não distribuídos.

21.4 Outro Rendimento Integral acumulado

Reservas de Revalorização

Estas reservas resultam da revalorização de ativos tangíveis, não podendo ser distribuídas aos acionistas, exceto se os ativos subjacentes estiverem totalmente depreciados ou se os respetivos bens objeto de revalorização tiverem sido alienados. O montante contido nesta rubrica é de 2,2 milhões de euros.

22. Gastos e rendimentos operacionais

22.1 Fornecimentos e serviços externos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os principais fornecimentos e serviços externos, foram os seguintes:

	31.12.2022	31.12.2021
Subcontratação	30 132 145	29 146 702
Conservação e Reparação	1 687 865	1 220 081
Deslocações e Estadas	1 649 127	1 191 925
Despesas com Garantias Bancárias	1 524 621	1 527 289
Rendas e Alugueres	1 152 362	1 392 006
Seguros	699 936	669 493
Vigilância e segurança	645 928	624 306
Eletricidade	441 401	693 913
Combustível	311 868	306 819
Honorários	275 647	221 564
Limpeza, higiene e conforto	232 154	271 322
Comunicação	190 725	141 751
Transporte de Mercadorias	189 145	410 965
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	164 862	130 593
Publicidade e propaganda	91 439	202 608
Inscrição em cursos e congressos	49 795	102 616
Água	40 199	34 836
Outros Fornecimentos e Serviços	1 306 778	1 487 383
	40 785 998	39 776 171

Em 2022 o valor dos Fornecimentos e Serviços Externos cresceu cerca de 2,5% relativamente ao exercício anterior. O crescimento verificado está associado à rubrica de subcontratação, que representa 74% do total, e que teve em 2022 um comportamento ascendente. Esta rubrica é a mais expressiva desta natureza de gastos e está sobretudo ligada à atividade operacional da empresa, com especial incidência nos projetos sistematizados que caracterizam os segmentos de negócio em que atua. Além dos Subcontratos, identificam-se comportamentos muito diversos entre as restantes rubricas. As variações mais sensíveis registaram-se nas rubricas de deslocações e estadas e de despesas com garantias bancárias, neste caso pela impossibilidade de emitir novas garantias junto do sistema financeiro.

22.2 Gastos com o Pessoal

A rubrica de gastos com o pessoal decresceu 7,3%, que resulta essencialmente da redução do efetivo da Empresa. No final do exercício, o número de colaboradores da Empresa ascendeu a 394 (440 em 2021).

22.3 Amortizações e depreciações

A rubrica de Amortizações e depreciações, nos exercícios de 2022 e 2021, tem o seguinte detalhe:

	2022			2021		
	ativos tangíveis	ativos intangíveis	Total	ativos tangíveis	ativos intangíveis	Total
Amortizações e depreciações do período	784 766	865 277	1 650 043	827 077	751 883	1 578 961
Subsídios ao investimento	0	-385 247	-385 247	0	-346 545	-346 545
Depreciações de ativos em locação operacional (aplicação da IFRS.16)	842 128	0	842 128	853 308	0	853 308
Amortizações e depreciações	1 626 894	480 030	2 106 924	1 680 386	405 338	2 085 724

22.4 Provisões e imparidade de ativos

O quadro seguinte evidencia a evolução registada nas diversas rubricas de provisões e imparidades e a sua conciliação com a demonstração de resultados.

2022	Imparidades			Provisões	
	Ativos Tangíveis e Intangíveis	Dívidas a Receber		Existências	Outros Riscos e Encargos
		Clientes	Outros Devedores		
Posição Financeira:					
Saldo Inicial 2022	328 720	19 117 828	2 072 681	0	16 095 806
Aumento	0	94 028	1 746 807	0	16 379 487
Reversão/Utilização	0	-481 738	-52 919	0	-6 350 040
Diferenças Cambiais	0	76 714	0		6 232
Saldo em 31.12.2022	328 720	18 806 831	3 766 569	0	26 131 484

Nas Demonstrações financeiras:

Provisões e Imparidades	11 335 625
-------------------------	------------

Apresenta-se de seguida os valores referentes a 2021.

2021	Imparidades			Provisões	
	Ativos Tangíveis e Intangíveis	Dívidas a Receber		Existências	Outros Riscos e Encargos
		Clientes	Outros Devedores		
Posição Financeira:					
Saldo Inicial 2021	328 720	18 704 497	2 078 252	750 000	12 564 384
Aumento	0	3 872 129	0	0	6 828 885
Reversão/Utilização	0	-3 502 480	-5 571	-750 000	-3 302 680
Diferenças Cambiais	0	43 681	0		5 217
Saldo em 31.12.2021	328 720	19 117 828	2 072 681	0	16 095 806

Nas Demonstrações financeiras:

Provisões e Imparidades	3 672 159
Redução de Ativos	-531 875

A constituição de imparidades sobre ativos tangíveis refere-se à reavaliação dos terrenos, registada de acordo com a política definida na Nota 1.4. Na última avaliação efetuada por uma entidade independente, os terrenos conheceram uma desvalorização de 5%, o que levou ao registo de uma imparidade. À data, a desvalorização foi registada como redução de capital próprio, devido à existência de reservas de revalorização decorrentes de avaliações em períodos anteriores.

22.5 Outros gastos e rendimentos operacionais

A Empresa regista nas rubricas “Outros gastos operacionais” e “Outros rendimentos operacionais”, resultados de naturezas diversas que, não fazendo parte das operações que constituem o objeto da empresa e do seu volume de negócios, são, contudo, essenciais à atividade ou dela decorrem.

	31.12.2022	31.12.2021
Outros Rendimentos Operacionais		
Diferenças de câmbio favoráveis	1 419 991	190 784
Redébito a Entidades do Grupo	632 396	802 310
Redébito a outras entidades	0	17 785
Trabalhos para a própria empresa	365 491	815 652
Venda de Energia	6 540	198 640
Subsídios às atividades de I&D	432 019	462 313
Outros rendimentos e ganhos operacionais	729 853	559 904
	3 586 291	3 047 387
Outros Gastos Operacionais		
Penalidades contratuais	414 591	976 033
Outros gastos e perdas operacionais	583 744	309 933
	998 335	1 285 966

• *Outros gastos operacionais*

Esta rubrica ascendeu a 998 mil euros, incluindo gastos com multas e penalidades contratuais no montante de 415 mil euros.

• *Diferenças de câmbio*

A Empresa regista como resultados operacionais o apuramento das diferenças cambiais resultantes das operações de compra e venda, por serem decorrentes da sua atividade normal. No exercício de 2022 as diferenças de câmbio líquidas foram favoráveis em cerca de 1420 mil euros e em cerca de 191 mil euros em 2021, sendo registadas na rubrica “Outros rendimentos operacionais” em ambos os exercícios.

• *Outras rubricas*

Os redébitos a entidades do Grupo e a outras entidades estão essencialmente relacionados com cedência de espaço em imóveis próprios e condomínio. Os Trabalhos para a própria empresa referem-se essencialmente à capitalização de projetos de I&D.

23. Resultados financeiros

	2022	2021
Juros suportados	-1 785 141	-1 623 402
Encargos com passivos de locação	-71 701	-102 555
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-260 269	-128 546
Outros gastos e perdas financeiras	-1 065 181	-1 258 723
Total de Perdas e Gastos Financeiros	-3 182 291	-3 113 226
Juros obtidos	3 181 750	3 269 802
Outros rendimentos e ganhos financeiros	0	893
Total de Ganhos e Rendimentos Financeiros	3 181 750	3 270 695
Resultados Financeiros	-541	157 469

Em 2022 o resultado financeiro da Efacec Engenharia encontra-se próximo do equilíbrio, o que denota uma ligeira degradação face a exercícios passados, já que a empresa, estruturalmente, dispõe de créditos financeiros líquidos. Os juros suportados tiveram um crescimento de 10% por efeito do aumento das taxas de juro de mercado.

A rubrica de “Outros gastos e perdas financeiras”, em 2022, inclui cerca de 683 mil euros (757 mil euros em 2021) em comissões de garantias bancárias de natureza financeira. Os gastos amortizados em 2022 com financiamentos de longo prazo ascenderam a 183 mil euros (244 mil euros em 2021). Globalmente esta rubrica teve uma redução de 15% em 2022.

Os juros obtidos referem-se à remuneração de empréstimos concedidos pela Empresa à sua acionista, que tiveram uma redução superior a 22% em 2022. Estes empréstimos são remunerados em condições idênticas às de mercado, tendo a Euribor como indexante.

24. Imposto sobre o rendimento

A decomposição do imposto sobre o rendimento evidenciado na Demonstração de resultados é a seguinte:

	Notas	31.12.2022	31.12.2021
Imposto corrente		1 053 817	1 528 165
Imposto diferido	18	-5 590 994	-4 495 652
Estimativa de imposto		-4 537 177	-2 967 487
Insuficiência de estimativa de imposto de exercícios anteriores		-116 100	114 595
Imposto diferido de exercícios anteriores	18	518 124	246 073
Imposto sobre o Rendimento		-4 135 154	-2 606 819

A reconciliação da taxa de imposto é a seguinte:

		31.12.2022	31.12.2021
Resultado antes de impostos		-23 204 292	-17 491 260
Taxa Teórica	(a)	21,0%	21,0%
Imposto Teórico		-4 872 901	-3 673 165
Gastos/rendimentos não aceites fiscalmente		-54 452	-131 757
Dividendos		0	-5 480
Tributação autónoma		118 960	253 193
Diferença de imposto nas sucursais		711 687	1 237 552
Diferença de taxa subsidiárias estrangeiras		-78 947	-27 505
Provisões sem AID		0	-157 500
Benefícios Fiscais gerados e não utilizados		-281 640	-410 869
Outros		-79 885	-51 955
Imposto do Exercício		-4 537 177	-2 967 487
Taxa Efectiva		19,55%	16,97%

(a) A taxa teórica apresentada tem em consideração a estimativa de resultado fiscal do RETGS dominado pela EPS (da qual depende a aplicação de derramas).

25. Resultado por ação

Básico

O resultado básico por ação é calculado dividindo o lucro atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas durante o ano, excluindo as ações ordinárias adquiridas pela empresa e detidas como ações próprias (Nota 21).

	31.12.2022	31.12.2021
Lucro atribuível aos detentores do capital	-19 069 139	-14 884 441
Número médio ponderado das ações ordinárias emitidas	2 250 000	2 250 000
Resultado básico por ação (euros por ação)	-8,48	-6,62

Diluído

O resultado diluído por ação é calculado ajustando o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação para incorporar os efeitos da conversão de todas as ações ordinárias diluidoras potenciais. Dado que não existe qualquer obrigação convertível e opções sobre ações, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação.

26. Dividendos

Em 2022 e 2021 a Efacec Engenharia e Sistemas, SA não distribuiu dividendos.

E. Outras Notas

27. Contingências

Ativos e passivos contingentes resultantes de disputas contratuais

A análise de contingências que se segue constitui uma avaliação à data da elaboração do presente relatório e procura transmitir os riscos inerentes a cada processo. A avaliação é realizada numa perspetiva de continuidade da Efacec Power Solutions e suas subsidiárias e de normalização da atividade a curto prazo, consecutiva à conclusão do processo de reprivatização e à reestruturação financeira.

Passivos contingentes relacionados com projetos com ocorrências/incidentes registados (não inclui a componente de contencioso)

Os projetos com registo de ocorrências/incidentes registados face ao cumprimento das condições contratuais e de conformidade da execução face ao planeado, são avaliados quanto ao potencial exfluxo considerando a probabilidade de ocorrência e o potencial de impacto com base na metodologia definida internamente. Esta metodologia incorpora considerações técnicas, jurídicas, históricas e de julgamento, num contexto de risco e incerteza elevado.

A Efacec Engenharia, para além das situações devidamente provisionadas, não apresenta passivos contingentes considerados materiais relacionados com projetos onde se tenham verificado ocorrências/incidentes sob gestão no âmbito normal do negócio.

Passivos contingentes relacionados com projetos que se encontram em contencioso

Os projetos em contencioso são avaliados quanto à probabilidade de ocorrência, assim como ao impacto potencial, sendo classificados como passivos contingentes os processos onde se considera que não é provável desfecho desfavorável ou exista incerteza significativa na sua mensuração, motivo pelo qual não é reconhecida qualquer provisão no balanço.

Indicam-se, de seguida, os valores de ativos e passivos contingentes resultantes de disputas contratuais, judiciais e fiscais em que a empresa está envolvida

- CPTM/STM

A contingência com a CPTM/STM, que tem vindo a ser reportada pela Efacec desde 2014, refere-se ao contrato de remodelação da sinalização de diversas linhas do sistema ferroviário do Estado de São Paulo, no Brasil, firmado entre a sociedade brasileira CPTM e o consórcio Union Switch & Signal Internacional Co. e a Efacec Engenharia e Sistemas. Este contrato foi resolvido, com justa causa, pelo Consórcio, a 24 de novembro de 2014.

Na sequência dessa rescisão, o Consórcio apresentou um pedido de indemnização no valor para pagamento de obras executadas e equipamentos já fabricados, bem como uma verba relativa a reequilíbrio financeiro do contrato. Em novembro de 2016, o cliente CPTM/STM apresentou um contra pedido de indemnização reclamando o ressarcimento por custos incorridos com equipamentos e o pagamento de penalidades.

A 30 de junho de 2017, o Consórcio deu início a um Procedimento Arbitral sob a alçada da Câmara de Comércio Internacional para dirimir este litígio. O Tribunal Arbitral foi formalmente constituído em março de 2018 em São Paulo. O Consórcio de que a Efacec Engenharia faz parte reclama da CPTM/STM um valor de aproximadamente 180 milhões de reais, acrescido de 30 milhões de dólares americanos e 1 Milhão de Euros. A CPTM/STM contra-reclamou do Consórcio uma indemnização de aproximadamente 340 milhões de reais.

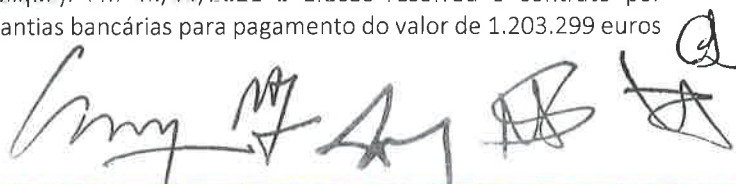
Durante o ano de 2020 trataram-se questões relativas à nomeação de peritos e âmbitos das peritagens a realizar bem como questões processuais sobre a análise separada dos diversos pedidos que compõem o processo, tendo sido proferida uma primeira sentença parcial durante o primeiro semestre de 2021 que foi maioritariamente favorável à Efacec e que reduziu o valor do pedido da CPTM/STM contra a Efacec a cerca de 188 milhões de reais.

Durante o ano de 2022 estiveram a ser realizadas diversas perícias, conforme solicitadas pelas Partes e pelo Tribunal, estando os respetivos relatórios em fase de elaboração. Após entrega ao Tribunal, seguir-se-á a análise dos relatórios periciais por parte dos árbitros, seguida de eventual realização de nova audiência e finalmente prolação de sentença.

Considerando as probabilidades de acolhimento de cada uma das reclamações apresentadas, não há lugar à constituição de qualquer provisão. Por outro lado, e nos termos do *Transition Agreement* assinado entre a EPS e a MGI Capital a 23.10.2015, o Grupo EPS tem direito de regresso em relação à MGI Capital, sobre os eventuais passivos que venha a ter que assumir no âmbito desta disputa judicial.

- Pradecon

Em 06/02/2020 a Efacec celebrou com a Pradecon um contrato de subempreitada para o fornecimento de estruturas metálicas para o parque fotovoltaico de Metoro (Moçambique). Em 15/11/2021 a Efacec resolveu o contrato por incumprimento do fornecedor e acionou o pagamento das garantias bancárias para pagamento do valor de 1.203.299 euros



a título de indemnização pelo incumprimento contratual. A Pradecon avançou com uma providência cautelar para impedir o pagamento das garantias bancárias acionadas pela Efacec, que foi julgada procedente. Por forma a impedir a caducidade da providência, a Pradecon avançou com uma ação principal na qual pediu o pagamento de 938.095 euros (383.959€ por serviços faturados + 554.135€ relativo a trabalhos não faturados + juros) e o cancelamento e devolução das garantias bancárias. A Efacec contestou a ação e reclamou uma indemnização em pedido reconvenicional no valor de 1.203.299 euros. A Efacec também devolveu ao fornecedor as faturas emitidas unilateralmente no valor de 554.136 euros, por não estarem incluídas nos Autos de Medição de Trabalhos e sem qualquer suporte nos trabalhos efetivamente executados. Ainda não existem expectativas quanto ao desfecho do processo.

28. Compromissos

Garantias prestadas

A Empresa possui passivos contingentes respeitantes a garantias bancárias e outras contingências relacionadas com o seu negócio. As garantias bancárias estão principalmente ligadas aos projetos e encomendas recebidas e têm como beneficiários os clientes da Empresa.

O quadro seguinte evidencia o volume de garantias bancárias, distribuído entre:

- garantias financeiras, que incluem principalmente garantias emitidas em favor dos clientes para recebimento de adiantamentos, valores relativos a retenções contratuais e *stand-by letters of credit*, e
- outras garantias, sobretudo garantias para concursos e garantias de fornecimento/execução.

	31.12.2022	31.12.2021
Garantias financeiras	26 579 752	30 608 155
Outras garantias	77 301 963	77 805 010
Total	103 881 714	108 413 165

Nos últimos 2 anos a emissão de garantias tem estado fortemente condicionada pelo sistema financeiro. Durante este período, algumas situações foram contornadas com a prestação de colaterais por parte da empresa, normalmente depósitos bancários que, mediante cativação, possibilitam a emissão das garantias pelas instituições financeiras. Estes instrumentos são registados no balanço como cauções, sob a rubrica "Devedores" (Nota 10) e, no final do ano, representavam 3,1 milhões de euros. Além destas situações, a Empresa tem efetuado diretamente alguns depósitos-caução em substituição de garantias, implicando uma mobilização de fundos que ascende a 3,2 milhões de euros.

Compromissos para investimentos

Não existem compromissos assumidos pela Empresa para aquisição de ativos tangíveis ou intangíveis.

29. Transações e saldos com partes relacionadas

Foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas (Empresas do Grupo, Associadas, Acionistas e Administradores):

29.1 Transações realizadas em 2022 e 2021

As transações relatadas são executadas em condições comerciais idênticas às que vigoram para terceiros independentes.

	31.12.2022	31.12.2021
Transações correntes:		
- Empresas do grupo		
Rendimentos e ganhos operacionais	2 824 326	3 166 320
Gastos e perdas operacionais	15 030 417	15 256 997
Rendimentos e ganhos financeiros	3 181 624	3 269 620
Gastos e perdas financeiras	0	0
- Acionistas		
Rendimentos e ganhos operacionais	1 878 798	1 950 801
Gastos e perdas operacionais	0	0
	<u>-7 145 670</u>	<u>-6 870 256</u>

29.2 Saldos finais resultantes de transações comerciais e financeiras

Os saldos finais com partes relacionadas que constam da demonstração da posição financeira são os seguintes:

	Notas	31.12.2022	31.12.2021
Dívidas de partes relacionadas:			
- Empresas do grupo			
Empréstimos não correntes		0	60 000 000
Empréstimos correntes		62 238 963	19 947 924
Clientes	8	2 883 612	3 449 631
Clientes - Imparidade		-14 000	-14 000
Devedores e Gastos a reconhecer	10	9 758 504	14 333 790
Devedores - Imparidade		0	-52 919
- Acionistas			
Clientes	8	837 064	735 508
Devedores e Gastos a reconhecer	10	44 980	0
		<u>75 749 123</u>	<u>98 399 933</u>
Dívidas a partes relacionadas:			
- Empresas do grupo			
Empréstimos correntes		623 804	499 065
Fornecedores	13	12 942 803	7 374 092
Credores e Acréscimo de gastos	15	1 814 114	1 808 592
- Acionistas			
Fornecedores	13	716 336	753 431
		<u>16 097 058</u>	<u>10 435 180</u>
Total Líquido		<u>59 652 065</u>	<u>87 964 753</u>

Os empréstimos concedidos e obtidos com partes relacionadas, correntes e não correntes, são remunerados em condições normais de mercado, tendo por base a Euribor como indexante.

29.3 Detalhe por entidade dos saldos com partes relacionadas

	31.12.2022		31.12.2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Empresas do Grupo:				
<i>Empréstimos:</i>				
EFACEC Power Solutions, SGPS (Não Corrente)	0	0	60 000 000	0
EFACEC Power Solutions, SGPS (Corrente)	62 171 027	23 495	19 785 094	23 267
Efacec Engenharia e Sistemas, SA - Suc.Suécia	0	0	95 661	0
EFACEC Serviços Corporativos, SA	0	12 027	0	12 123
EFACEC Energia, SA	0	12 805	0	12 104
EFACEC Moçambique, Lda.	0	147 823	0	138 892
EFACEC Algérie, EURL	0	133 392	0	110 995
EFACEC Chile, SA	0	47 908	0	0
EFACEC Contracting Central Europe GmbH	53 000	685	53 000	528
Efacec Equipos Eléctricos, SL	0	21 983	0	6 300
XELA, AB	4 833	0	4 383	0
UTE Efacec Bahia de Cádiz	0	223 686	0	188 686
EFACEC, Manut. do Sist. de Saneamento do Oeste, ACE	0	0	0	6 169
DST/DTE/CARI/EFACEC - Areeiro, ACE	7 600	0	7 600	0
Outros	2 503	0	2 185	0
<i>Corrente:</i>				
EFACEC Power Solutions, SGPS	5 201 113	951 377	5 732 620	805 457
EFACEC Electric Mobility, SA	420 555	805	55 898	3 645
Efacec Central Europe, Ltd, SRL - Suc.Bulgária	67 475	0	0	0
Efacec Contracting Central Europe - Suc.Grécia	65 037	0	65 037	0
EFACEC Serviços Corporativos, SA	787 952	6 804 634	562 489	1 933 522
EFACEC Energia, SA	579 802	1 198 462	573 819	-618 108
EFACEC Angola, Lda.	630 522	4 893 050	444 566	4 476 139
EFACEC Moçambique, Lda.	1 229 304	15 814	831 169	379 796
EFACEC Praha s.r.o.	12 640	243 576	6 902	243 633
EFACEC Algérie, EURL	915 773	862 910	1 077 241	959 685
EFACEC Chile, SA	329 538	-555 062	4 098 708	0
EFACEC Central Europe Limited SRL	9 603	694 730	603	380 000
EFACEC Contracting Central Europe GmbH	416 324	-921 208	1 555 980	0
EFACEC India, Ltd	496	375 126	519	392 682
EFACEC Equipos Electricos, SLU	0	162 635	0	155 450
Power Solutions Brasil, Sist. Automação e Potência, Ltda	35 572	0	51 228	0
Siemens, Suez e Efacec - Serviços Manutenção, ACE	37 945	23 845	31 429	10 571
UTE Efacec Bahia de Cádiz	0	0	568 627	0
DST/DTE/CARI/EFACEC - Arroios, ACE	443 476	0	1 568 315	51 196
DST/DTE/CARI/EFACEC - Areeiro, ACE	350 839	0	442 834	0
EFACEC-Jayme da Costa-Sisint, ACE	603 763	0	0	0
UTE Efacec Moneleg II	396 530	-377	0	0
Outros	107 859	6 600	62 517	9 018
	74 881 079	15 380 722	97 678 425	9 681 749
Imparidade - clientes	-14 000	0	-14 000	0
	74 867 079	15 380 722	97 664 425	9 681 749
Acionistas:				
<i>Corrente:</i>				
Grupo Parpública	837 064	-577	735 508	2 968
Grupo MGI Capital	44 980	716 913	0	750 463
	882 044	716 336	735 508	753 431
Total Líquido	75 749 123	16 097 058	98 399 933	10 435 180
Total Ativo - Passivo	59 652 065		87 964 753	

29.4 Compromissos e contingências

Não existem quaisquer compromissos de compra ou passivos contingentes relacionados com partes relacionadas.

29.5 Remunerações do conselho de administração

O Conselho de Administração da Efacec Engenharia e Sistemas não é remunerado.

30. Acordos conjuntos

A Efacec Engenharia e Sistemas tem uma posição de 51% na S2M Dublin Light Rail Limited, constituída em 2020, integrando proporcionalmente as suas contas.

A Efacec Engenharia e Sistemas tem uma posição de 50% no agrupamento complementar de empresas ME Water – Manvia Efacec, Exploração Técnica de Sistemas Ambientais do Minho, ACE, constituído em 2019, integrando proporcionalmente as suas contas.

A Empresa tem ainda uma posição de 4% no agrupamento complementar de empresas Ensul Meci-Efacec, Cogeração de Matosinhos, ACE. A partir de 2014, a Empresa passou a adotar a norma IFRS.11, deixando de integrar proporcionalmente as contas deste ACE. Atualmente, a Empresa tem constituída uma provisão correspondente ao valor negativo do capital próprio do ACE, ponderada pela sua participação.

No quadro seguinte divulga-se informação relativa aos principais indicadores de cada uma das operações conjuntas. Os indicadores referem-se aos valores dos ativos, capital próprio e rendimentos totais, e correspondem às contas sociais das entidades, expressas em euros, antes da aplicação das taxas de integração.

	%	31.12.2022			31.12.2021		
		Ativos	Capital Próprio	Proveitos Totais	Ativos	Capital Próprio	Proveitos Totais
S2M Dublin Light Rail Limited	51,0%	5 762 662	2 392 911	4 108 473	3 427 750	815 534	2 815 880
ME Water - Manvia Efacec, ACE	50,0%	606 639	142 430	836 113	601 220	235 133	822 537
Ensul Meci-Efacec, ACE	4,0%	368 270	-606 206	15	387 604	-593 949	5 404

Os montantes seguintes representam a quota-parte da Empresa nos ativos, passivos e património líquido das operações conjuntas, e estão incluídos na Demonstração da Posição Financeira e na Demonstração dos Resultados, por via da integração, neste caso, do ME Water – Manvia Efacec, Exploração Técnica de Sistemas Ambientais do Minho, ACE.

	31.12.2022	31.12.2021
Ativo corrente	2 789 810	225 483
Passivo corrente	1 526 964	145 978
Capital Próprio	1 291 600	117 567
Rendimentos	4 944 586	822 537
Gastos	4 057 249	704 970
Resultado após impostos	887 337	117 567

31. Contratos plurianuais

Os montantes relativos a contratos plurianuais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são os seguintes:

	Notas	31.12.2022	31.12.2021
Rendimentos reconhecidos no exercício (contratos fechados e não fechados)		81 429 403	95 681 727
Contratos Plurianuais não fechados a 31 de Dezembro:			
Gastos acumulados incorridos até à data	a)	770 461 042	737 241 409
Margens reconhecidas até à data	a)	105 975 101	103 513 623
Existências em Curso		2 283 111	2 144 561
Acréscimo de Rendimentos		24 557 625	19 035 722
Rendimentos a reconhecer e adiantamentos		21 029 548	26 119 947

a) Incluem valores de exercícios anteriores dos contratos plurianuais não fechados em 31 de Dezembro

As existências relativas a contratos plurianuais referem-se a gastos incorridos que não foram ainda objeto de utilização na obra ou instalação, não estando, conseqüentemente, reconhecida a margem daí decorrente.

Os acréscimos de rendimentos representam situações em que o grau de faturação é inferior ao grau de acabamento, sendo efetuado um acréscimo para reconhecimento da respetiva margem. Esta situação configura um débito ao cliente por conta da

obra/instalação já efetuada (Nota 9 – Acréscimos de rendimentos). Quando ocorre a situação contrária, o grau de faturação é superior ao grau de acabamento e existe um rendimento a reconhecer, o qual representa um crédito do cliente perante a obra desenvolvida (Nota 20 – Rendimentos a reconhecer), cuja margem será apenas reconhecida nos exercícios seguintes.

A conciliação do montante apresentado na rubrica de Rendimentos reconhecidos no exercício relativos a contratos plurianuais fechados e não fechados com o total de vendas e prestação de serviços pode ser apresentada como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Rendimentos reconhecidos relativos a contratos plurianuais	81 429 403	95 681 727
Rendimentos relativos a serviços de assistência e manutenção	965 177	1 351 104
Outros Rendimentos	0	0
Total Vendas e Prestações de Serviços	82 394 580	97 032 831

32. Honorários pagos aos auditores

A partir de 2020, a Efacec contratou serviços à Mazars e Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. e outras sociedades associadas. Os gastos por tipo de serviço contratado estão evidenciados na tabela seguinte e refletem os serviços prestados e faturados pela Mazars no exercício de 2022.

	31.12.2022	31.12.2021
Auditoria e Revisão de contas	63 320	57 948
Serviços de garantia de fiabilidade	5 000	8 000
	68 320	65 948

33. Eventos Subsequentes

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota. Até à data de conclusão deste Relatório não ocorreram factos significativos que não se encontrem refletidos nas Demonstrações Financeiras.

Processo de reprivatização do Grupo Efacec:

Está em curso o segundo processo de reprivatização da Efacec, como determinado na Resolução do Conselho de Ministros nº 107-A/2022, de 21 de novembro. A 1ª fase deste processo decorreu durante os primeiros 2 meses do corrente ano, tendo sido selecionados os potenciais investidores a participar na segunda fase do processo de alienação das ações da Efacec Power Solutions detidas pela Parpública SGPS, S.A. As expectativas são no sentido da conclusão da operação até ao final do 1º semestre de 2023.

Maia, 23 de março de 2023

O Contabilista Certificado

Filipa Manuela da Cruz Fernandes Neiva e Amaro

Filipa Manuela da Cruz Fernandes Neiva e Amaro

O Conselho de Administração

Ângelo Manuel da Cruz Ramalho

Ângelo Manuel da Cruz Ramalho

Manuel Alberto Pontes Ferreira

Manuel Alberto Pontes Ferreira

Fernando José Rabaça Vaz

Fernando José Rabaça Vaz

Michael Barroso da Silva

Michael Barroso da Silva

Nuno Filipe Gonçalves da Silva

Nuno Filipe Gonçalves da Silva

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Acionistas,

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias acompanhámos com a regularidade, extensão e metodologia consideradas adequadas, a atividade da **EFACEC Engenharia e Sistemas, S.A.**, examinámos os livros, registos contabilísticos e demais documentação, analisámos a forma como é concretizada a adesão aos princípios de prudência, substância e materialidade, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Administração e outros encarregados de governação os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

Após o encerramento de contas apreciamos os documentos de prestação de contas e a contextualização do momento de apresentação de contas, elaborados em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro e informámos os encarregados de governação quanto ao momento de apresentação de contas.

A Demonstração da posição financeira, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa, as notas anexas às demonstrações financeiras e o Relatório de Gestão, desde que lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas com a qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios de mensuração utilizados merecem a nossa concordância.

Não recebemos quaisquer comunicações de irregularidades apresentadas quer por acionistas, colaboradores ou outros nem emitimos parecer relativamente a qualquer negócio realizado entre a sociedade e os membros do Conselho de Administração da Sociedade nos termos do Art. 397º do Código das Sociedades Comerciais.

Assim, somos de parecer:

- 1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão bem como a Demonstração da posição financeira, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa, e as notas anexas às demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração e relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.
- 2º Que não existem objeções à aprovação da proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Porto, 12 de abril de 2023

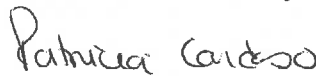
O FISCAL ÚNICO

MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA

representada por:



Dr. José Fernando Abreu Rebouta (Revisor Oficial de Contas nº 1023, registado na CMVM com nº 20160637)



Dra. Patrícia Alexandra Faria Cardoso (Revisora Oficial de Contas nº 1483, registada na CMVM com nº 20161093)

Certificação legal das contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **EFACEC Engenharia e Sistemas, S.A.** (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 185 436 765 euros e um total de capital próprio de 25 292 673 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 19 069 139 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Incerteza material relacionada com a continuidade

Conforme divulgado no capítulo 2. do Relatório de gestão a atividade da Entidade durante o ano de 2022, que é detida a 100% pela holding do Grupo, Efacec Power Solutions, SGPS, S.A., continuou a estar especialmente condicionada pelas consequências dos eventos que ocorreram na primeira metade do ano de 2020 e que culminaram com a nacionalização da participação maioritária no capital social da holding, em julho de 2020.

Assim, em 2 de julho de 2020, pelo Decreto-Lei n.º 33-A/2020, o Estado procedeu à apropriação pública de 71,73% do capital social da holding do Grupo Efacec e cuja reprivatização deveria acontecer no mais curto espaço de tempo possível. É neste enquadramento que em 10 de dezembro de 2020, pela Resolução n.º 113/2020, o Conselho de Ministros aprovou o caderno de encargos da venda direta a realizar no âmbito do processo de reprivatização e cuja conclusão da operação não se concretizou nos meses subsequentes. Consequentemente, em 21 de novembro de 2022, pela Resolução n.º 107-A/2022, o Conselho de Ministros encerrou o processo de reprivatização iniciado dois anos antes e aprovou o caderno de encargos para novo processo de reprivatização, o qual se encontra atualmente em curso

Neste contexto e conforme divulgado no capítulo 2 do relatório de gestão e no ponto 1.1 das notas às demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade das operações, o qual se encontra dependente da recuperação da rentabilidade operacional logo que sejam restabelecidas condições de funcionamento fundamentais, nomeadamente a renovação das linhas correntes de suporte à gestão de tesouraria e de emissão de garantias bancárias. É convicção da Administração que o acionista maioritário irá manter o apoio continuado ao Grupo até à conclusão do processo de reprivatização e que, após este processo, o Grupo entrará num novo ciclo com condições de desenvolvimento e competitividade, tal como previsto no plano de negócios.

Mazars & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

Sede Social: Centro Empresarial Torres de Lisboa, Rua Tomás da Fonseca, Torre G, 5º andar, 1600-209 Lisboa – Portugal

Escritório do Porto: Rua do Campo Alegre, 830, Sala 14, 3º andar 4150-171 Porto – Portugal | Tel: +351 226 051 020

Inscrição n.º 51 na OROC - Registada na CMVM sob o n.º 20161394 - NIPC 502 107 251 - Capital Social 186.580,00 € - CRC Lisboa



A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;



- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.


Porto, 12 de abril de 2023

MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA

representada por:



Dr. José Fernando Abreu Rebouta (Revisor Oficial de Contas nº 1023, registado na CMVM com nº 20160637)



Dra. Patrícia Alexandra Faria Cardoso (Revisora Oficial de Contas nº 1483, registada na CMVM com nº 20161093)